

União Química
farmacêutica nacional S/A

Vocação para a vida

União Química Farmacêutica Nacional S/A
CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18

Mensagem do Presidente

2022, ano de crescimento, expansão e ESG

A União Química segue a essência de uma empresa que se impõe desafios em todas as áreas em que atua. Esse DNA arrojado e moderno gera resultados expressivos, que podem ser comprovados em mais um ano de crescimento, expansão e novos lançamentos, além de ações de inovação e atualizações constantes em todos os níveis, com olhar especial ao ESG (Ambiental, Social e Governança, na tradução).

O caminho que trilhamos é guiado pelo critério do crescimento sólido e perene, que repercute em uma história de ascensão nesses 86 anos. Em 2022, nossa estratégia de investimentos resultou em receita operacional líquida de R\$ 3,75 bilhões, um crescimento de 12,6%. A eficiência operacional aplicada em todas as nossas atividades gerou um incremento de 9,4% do EBITDA em relação a 2021, com lucro líquido de R\$ 367,4 milhões.

Somos a empresa que mais cresceu em demanda no canal farmácia em valores dentre as dez primeiras farmacêuticas nacionais (21,58%). Além disso, somos a companhia com maior crescimento no mercado de genéricos em unidades (43% de evolução) e valores (57,82% de evolução) dentre os Top 15 laboratórios de genéricos no Brasil. O foco no investimento em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), com um total de R\$ 220 milhões aplicados (5,9% da receita líquida), tem acelerado o ritmo de lançamentos. Foram 87 produtos que chegaram ao mercado em 2022, com aumento expressivo de 55% em número de novos medicamentos.

Expandimos nossos negócios com a aquisição da planta Bayer Schering e mais nove marcas de hormônios, evoluímos no processo de internacionalização da União Química, estando presente em mais de 30 países e reforçando nossa posição de liderança em contraceptivos orais na América Latina.

Nossa agenda com prioridade no tripé do ESG se intensificou. No pilar ambiental, entregamos resultados notáveis com o Programa Raízes da União, que contribuiu com o aumento de áreas verdes por meio do apoio a movimentos e instituições com reconhecida prática na atividade. O projeto investiu R\$ 2,3 milhões no plantio de 250 mil mudas de árvores nativas nas regiões em que possuímos unidades fabris, que já representa uma estimativa de sequestro potencial de mais de 26 mil toneladas de CO2 na atmosfera.

Com orgulho, destaco também que somos a primeira empresa a receber o Certificado e Selo ESG de Redutor da Pegada de Carbono, para os produtos Lactotropin® e Posilac® - da área de saúde animal da companhia e também o Certificado de Empresa Verde pelo município de São Paulo.

No pilar social, conquistamos a certificação "Women On Board" (selo WOB), com 43% de mulheres nas posições do conselho de administração, além de ter crescido de 22% para 36% de mulheres em posições na diretoria executiva, demonstrando os benefícios desta diversidade no mundo empresarial e na sociedade.

No pilar governança, instituímos o conselho de administração, além da conquista da classificação de risco AA da FITCH e registro como categoria B perante a CVM.

Foi mais um ano desafiador, em que reafirmamos nosso forte propósito de crescimento sólido. Mais uma vez, agradeço a todos os colaboradores e parceiros por nos ajudarem em nossa jornada de muitas conquistas, sempre com a meta irrevogável de transformar e proporcionar bem-estar e saúde à sociedade.

Fernando de Castro Marques Presidente do Grupo União Química

Expansão

As aquisições são um forte pilar estratégico para o nosso crescimento. Com a compra da planta hormonal Bayer Schering, com nove produtos e suas marcas registradas em 30 países nos consolidamos como o **maior produtor de medicamentos hormonais na América Latina**.

A UNIÃO QUÍMICA POSSUI O MAIOR PARQUE FABRIL DO BRASIL



Mais de **728 mil m²**
de área total

Mais de **221 mil m²**
de área construída.

Agenda ESG no centro do crescimento sustentável

AMBIENTAL

- Programa Raízes da União Plantio de 250 mil mudas de árvores nativas
- Educação ambiental
- Capacitação de 544 educadores de escolas públicas e 10.161 estudantes impactados
- Sustentabilidade
- Troca papel toalha por modelo sustentável
- Troca de copos descartáveis por canecas de alumínio reutilizáveis
- Certificado Empresa Verde no município de SP
- Certificado + selo ESG - Redutor da pegada de Carbono, para os produtos Lactotropin® e Posilac®

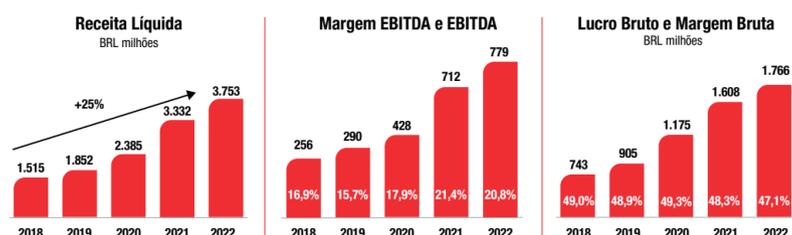
SOCIAL

- Estrutura nas unidades fabris com: consultório médico, odontológico, creches e clubes
- 835 novos colaboradores
- Mulheres na Companhia:
 - 48% do total de colaboradores são mulheres
 - 36% em posições na direção executiva
 - 43% em posições no comando de administração
- Certificado WOB - Women on board

GOVERNANÇA

- Instituição do Conselho de administração
- Aperfeiçoamento nas áreas de ESG e Secretaria de Governança
- Criação de Comitês de assessoramento: Excelência em Inovação, Operacional e em Vendas
- Classificação de risco AA da FITCH
- Registro como categoria B perante a CVM
- Parceria com IFC para melhorias em sustentabilidade
- Instituiu o programa União pela Integridade

Destques Econômicos



Destaque de Mercado

UNIÃO QUÍMICA SE DESTACA DENTRE AS 10 MAIORES EMPRESAS FARMACÊUTICAS E VETERINÁRIAS

Investimento de **R\$ 220 milhões** em P&D para desenvolvimento de novos produtos, **5,9% da receita líquida**

Em 2022, a companhia **lançou 87 novos produtos no mercado**, um crescimento de **55% em relação a 2021**

Análise Econômico-Financeira

RECEITA LÍQUIDA

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$3.753,1 milhões comparativamente a R\$3.331,8 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$421,3 milhões ou 12,6%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento de vendas de todas as unidades de negócio da Companhia, acima do mercado farmacêutico total, nesse período. Os principais motores de crescimento do período foram (i) Saúde Animal com crescimento de 22,3%; (ii) Saúde Humana com crescimento de 8,3% e (iii) terceirização com crescimento de 19,1%

LUCRO BRUTO

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.766,3 milhões comparativamente a R\$1.608,3 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$158,0 milhões ou 9,8%. Lucro bruto representou 47,1% e 48,3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta redução de margem percentual é atribuída principalmente dos seguintes fatores: (i) aumento do custo nas matérias-primas; e (ii) mix de produtos.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.065,7 milhões comparativamente a R\$ 961,8 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 103,9 milhões ou 10,8%. As despesas operacionais representaram 28,4% e 28,9% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído ao impacto da inflação nos salários e demais despesas da companhia.

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$423,3 milhões comparativamente a R\$597,0 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de -R\$173,7 milhões ou -29,1%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 11,3% e 17,9% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao crescimento das despesas financeiras, devido ao maior endividamento e taxa de juros mais alta.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$367,4 milhões comparativamente a R\$448,3 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de -R\$80,9 milhões ou -18,0%. Lucro líquido do exercício representou 9,8% e 13,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta redução é atribuída ao crescimento de 8,4% do EBIT, somada ao crescimento de despesas financeiras de 460,4%.



SAÚDE HUMANA

Ocupa posição de **destaque nos mercados de prescrição, hospitalar e de varejo**, por meio de três grandes unidades de negócio:



OTC, Marcas e Genéricos

- No mercado de OTC possui marcas consagradas, destaque para Vodol®, Xantinox®, Bisalax® e Hytos®
- A União Química está presente em mais de 85 mil pontos de vendas no Brasil
- Empresa com maior crescimento no mercado de genérico 57,8% (valores) comparado a 2021, dentre os Top 15 laboratórios de genéricos do Brasil



Hospitais Públicos, Privados Distribuidores

- Forte participação nas áreas de anestésicos, analgésicos, anti-inflamatórios, anti-virais, hemoderivados, antifúngicos e antibióticos
- Liderança em anestésicos e anti-inflamatórios injetáveis

GENOM

Oftalmologia, Ginecologia e Obstetrícia, Dor, Sistema Nervoso Central e Dermatologia

- Liderança em Oftalmologia em unidades e valores
- Liderança em contraceptivos hormonais orais na América Latina

Fonte: IQVIA 2022 RETAIL E NR PPP / HPP IQVIA 2022 mercado de miconazol Retail PPP



SAÚDE ANIMAL

A divisão **Agener Saúde Animal com apenas 22 anos de trajetória, se destacam em 3ª posição no mercado farmacêutico veterinário, atuando nos segmentos:**

- Animais de Produção com Lactotropin® e Posilac® (rbST) o maior produto do mercado de saúde animal)

RECONHECIMENTO: Agener PET: Marca mais lembrada entre os veterinários.

- Na reprodução de bovinos, a linha Tecnopec é líder nas tecnologias para aumento da eficiência reprodutiva - IATF (Inseminação Artificial em Tempo Fixo) e TETF (Transferência de Embriões em Tempo Fixo)

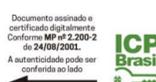
- Com o maior portfólio do mercado, a linha PET atua desde a prevenção, bem como no tratamento das diversas doenças em cães e gatos

Fonte: IMS IQVIA



Terceirização

- Divisão dedicada à terceirização da produção de medicamentos para indústrias farmacêuticas nacionais e multinacionais.
- Exporta para mais de 70 países com certificações de órgãos reguladores internacionais mais importantes do mundo.



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 21/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiassp.com.br/feloes-publicidade-legal>





União Química Farmacêutica Nacional S/A | CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18

Demonstrações FINANCEIRAS 2022

Balancos Patrimoniais

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	122.377	325.868	311.065	758.991	Fornecedores	15	361.569	306.425	433.319	374.364
Contas a receber de clientes	5	1.305.594	1.015.448	1.191.835	911.182	Cessão de créditos por fornecedores	16	29.919	19.416	39.897	32.391
Estoques	6	795.843	725.772	1.086.658	925.217	Empréstimos e financiamentos	17	344.558	205.851	350.728	208.511
Impostos e contribuições a recuperar	7	59.510	35.275	152.856	81.932	Imposto de renda e contribuição social	18	173.909	150.600	233.216	187.838
Outros ativos	8	21.345	12.589	37.061	20.091	Outros resultados abrangentes	19	126	—	10.806	550
Instrumentos financeiros derivativos	9	9.315	26.347	20.008	26.347	Instrumentos financeiros derivativos	9	30.919	—	39.343	—
Despesas antecipadas		14.390	8.816	17.732	10.841	Dividendos	22.5	12.089	19.682	12.089	19.682
		2.328.374	2.150.123	2.817.215	2.734.511	Provisão para demandas judiciais	21	4.868	3.253	5.683	3.253
Não circulante						Contrato de fornecimento - manufatura	11.3	—	—	11.000	13.210
Outros ativos	8	8.119	4.165	25.394	4.990	Outras contas a pagar	20	31.730	32.217	34.268	35.728
Partes relacionadas	10	182.355	96.637	8.896	8.903			989.561	737.444	1.170.349	875.525
Impostos diferidos	19.3	—	4.797	27.503	21.694	Não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar	7	7.865	6.769	108.986	45.031	Empréstimos e financiamentos	17	1.384.997	1.423.792	1.513.297	1.433.179
Depósitos judiciais	20	25.972	11.702	28.927	13.344	Partes relacionadas	10.1	—	—	—	8.816
Despesas antecipadas	21	1.004	1.616	1.653	1.647	Provisão para demandas judiciais	21	49.727	89.234	71.740	93.049
Investimentos	11	960.264	758.127	59.744	46.923	Impostos diferidos	19.3	126	—	1.023	3.073
Intangível	13	187.096	186.794	437.525	199.238	Obrigações trabalhistas e tributárias	18	6.621	8.875	6.621	8.885
		1.941.570	1.566.687	1.813.715	1.182.227	Contrato de fornecimento - manufatura	11.3	—	—	18.012	28.086
						Outras contas a pagar	20	116.349	23.182	127.325	31.842
								1.557.820	1.545.083	1.738.018	1.606.930
Total do ativo		4.269.944	3.716.810	4.630.930	3.916.738	Patrimônio líquido					
						Capital social	22.1	936.529	738.499	936.529	738.499
						Reserva de capital		1.680	1.680	1.680	1.680
						Reserva legal		77.186	58.816	77.186	58.816
						Reserva de lucros		118.795	271.187	118.795	271.187
						Reserva de incentivos fiscais		633.863	369.771	633.863	369.771
						Ajustes de avaliações patrimoniais		(45.490)	(5.670)	(45.490)	(5.670)
								1.722.563	1.434.283	1.722.563	1.434.283
						Total do passivo e patrimônio líquido		4.269.944	3.716.810	4.630.930	3.916.738

Demonstração dos Resultados

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Recursos operacionais líquidos	23	3.353.294	2.957.940	3.753.080	3.331.799
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(1.743.531)	(1.519.121)	(1.986.801)	(1.723.501)
Lucro bruto		1.609.763	1.438.819	1.766.279	1.608.298
Despesas e receitas operacionais:					
Gerais e administrativas	24	(409.381)	(356.297)	(570.218)	(518.083)
Com vendas	24	(556.772)	(474.777)	(556.885)	(474.801)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	9.035	17.339	47.571	19.388
Equivalência patrimonial	11.1	(5.440)	12.638	13.851	11.658
Lucro operacional antes do resultado financeiro		647.205	637.722	700.598	646.460
Receitas financeiras	26	314.031	287.566	346.000	294.365
Despesas financeiras	26	(672.306)	(329.054)	(623.329)	(643.821)
Resultado financeiro líquido:		(258.275)	(41.488)	(277.329)	(49.456)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		388.930	596.234	423.269	597.004
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	19.1	(16.596)	(147.557)	(33.122)	(151.618)
Diferido	19.3	(4.923)	(369)	(22.736)	2.922
Lucro líquido do exercício		367.411	448.308	367.411	448.308
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas (em R\$)	22.7	0,5509	0,7938	0,5509	0,7938

Demonstração dos Resultados Abrangentes

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	367.411	448.308	367.411	448.308
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	(39.820)	(5.752)	(39.820)	(5.752)
Resultado abrangente do exercício	327.591	442.556	327.591	442.556

Demonstração do Valor Adicionado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Vendas de mercadorias produtos e serviços	3.833.429	3.400.431	4.338.409	3.872.588
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(801)	(10.243)	(847)	(11.069)
Outras receitas	10.748	17.755	53.946	22.196
	3.843.376	3.407.943	4.391.508	3.883.715
Insusos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.485.990)	(1.278.592)	(1.460.336)	(1.286.159)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(385.510)	(344.779)	(486.693)	(418.340)
Perda de valor recuperável dos ativos	1.894	(4.486)	1.894	(4.486)
	(1.869.690)	(1.627.857)	(1.945.135)	(1.708.985)
Valor adicionado bruto	1.973.770	1.780.086	2.446.373	2.174.730
Depreciação e amortização	(53.775)	(44.335)	(92.534)	(77.254)
Valor adicionado produzido pela Companhia	1.919.995	1.735.751	2.353.839	2.097.476
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(5.440)	12.638	13.851	11.658
Receitas financeiras	314.031	287.566	346.000	294.365
	308.591	300.204	359.851	306.023
Valor adicionado total a distribuir	2.228.586	2.035.955	2.713.690	2.403.499
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	525.944	449.453	702.869	612.515
BENEFÍCIOS	89.844	75.090	143.813	113.598
Gerais	37.299	30.872	50.342	41.629
	653.087	555.415	897.024	767.742
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	374.161	433.735	493.743	508.155
Estaduais	253.113	262.545	319.382	324.283
Municipais	898	952	3.063	3.314
Outros tributos	565	1.610	1.953	2.784
	628.737	698.842	818.141	838.536
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros, variações cambiais e outros	572.306	329.054	623.329	343.821
Alugueis	7.045	4.336	7.785	5.092
	579.351	333.390	631.114	348.913
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	39.311	56.864	39.311	56.864
Lucros retidos do exercício	328.100	391.444	328.100	391.444
	367.411	448.308	367.411	448.308

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar			Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	440.301	(224)	400.077	1.680	36.400	298.197	271.930	82	—	1.048.366
Aumento de capital	298.198	224	298.422	—	—	(298.197)	—	—	—	225
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	448.308	448.308
Destinação do lucro líquido	—	—	—	—	—	22.416	271.187	97.841	(391.444)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	—	—	(39.820)	(39.820)
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	(37.182)	(37.182)
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	(5.752)	(5.752)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	738.499	—	738.499	1.680	58.816	271.187	369.771	—	(5.752)	1.434.283
Integralização da reserva de lucros	154.657	—	154.657	—	—	(154.657)	—	—	—	—
Integralização de juros sobre capital próprio	43.373	—	43.373	—	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	367.411	367.411
Destinação do lucro líquido	—	—	—	—	—	18.370	2.265	264.092	(284.727)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	—	—	(12.089)	(12.089)
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	(70.595)	(70.595)
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	(39.820)	(39.820)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	936.529	—	936.529	1.680	77.186	118.795	633.863	—	(45.490)	1.722.563

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					Outros passivos				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	388.930	596.234	423.269	597.004	Impostos de renda e contribuição social pagos	(24.903)	(20.992)	(67.178)	(11.908)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:					Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	(25.211)	(120.694)	(36.929)	(129.370)
Plano de crédito gerado	801	10.243	847	11.069	Fluxo de caixa das atividades de investimento:	(69.396)	(111.130)	(80.664)	(157.992)
Provisão para perdas em estoques	52.220	31.018	59.857	35.393	Aquisição de intangível	(2.414)	(110.828)	(336.391)	(111.379)
Equivalência patrimonial	5.44								



Vocação para a vida

União Química Farmacêutica Nacional S/A | CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

é determinado usando-se o método da média ponderada. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda, sendo contabilizada, quando aplicável, a provisão para perdas decorrentes da data de validade, rejeição pelo controle de qualidade e avarias. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda, sendo contabilizada, quando aplicável, a provisão para perdas decorrentes da data de validade, rejeição pelo controle de qualidade e avarias. Os materiais patrimoniais registrados em rubricas de estoques e são alteradamente baixados conforme o prazo de validade e a condição de qualidade relacionado com as vendas. **Passivos judiciais:** Registros de processos em andamento e em fase de execução, bem como questionamentos passivos que vêm sendo discutidos pela Companhia. Periodicamente são avaliados em relação a sua recuperabilidade. **Investimentos:** Os investimentos da Companhia em empresas controladas e controladas em conjunto são avaliados e registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, reconhecidos inicialmente em custo, e as variações no resultado do exercício ou diretamente no patrimônio líquido, conforme aplicável. Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia (investidora). **Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificáveis na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificação e alocação de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. **Imobilizado:** O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais. A indústria em que a Companhia e suas controladas operam é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da Administração revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. Terrenos e edificações compreendem principalmente as fábricas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituíveis é baixado quando os custos de reparos e manutenções são lançados em decorrência do exercício. Quando necessário, os custos de itens substituíveis são depreciados. A taxa de depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrada na Nota Explicativa 12. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas) líquidos" na demonstração do resultado. **Intangível:** i) **Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. ii) **Marcas registradas:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago na combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. iii) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil média estimável de 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. iv) **Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. **Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo ou o valor menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O prazo médio de pagamento das contas a pagar a fornecedores é de 79 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes da Companhia, por esse motivo, não foi aplicado qualquer ajuste a valor presente. **Cessão de crédito por fornecedores:** Alguns fornecedores oferecem opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito", embora não exista alteração da natureza da transação ou dos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo e capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação financeira e suas características de reconhecimento e mensuração de arrendamento. Os ativos e suas controladas reconhecem pagamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativo de direito de uso:** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: Imóveis: de 3 a 4 anos; Veículos e equipamentos: de 2 a 4 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ou suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar a perda inicial de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os custos de direito de uso também estão sujeitos à redução do valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem pagamentos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas controladas exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam as suas taxas de empréstimo incremental na data de início por taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do ativo de direito de uso é refletido no balanço patrimonial e mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros esperados, exceto se o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos:** São calculados com base nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação do lucro líquido e do imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. Os tributos sobre o lucro líquido e diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado com base no resultado ajustado ao lucro real, pelas adições e exclusões previstas na legislação, à alíquota vigente de 15% e adicional de 10%, quando aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustada nos termos da legislação vigente. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O CPC 32 estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. O passivo do IRPJ e da CSLL diferidos é integralmente reconhecido, enquanto o ativo dependente da expectativa de realização futura. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para o cancelamento de um ativo fiscal diferido à mesma entidade tributária e sujeitos à mesma autoridade fiscal. **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências parciais, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico brasileiro. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para refletir mudanças em fatos e circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Moeda funcional e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia e de suas principais controladas é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações são reconhecidos no resultado do exercício. Os efeitos da conversão de balanços nas empresas do exterior para o real são contabilizados no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes. **Participação nos resultados:** A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados para os funcionários, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez:** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 - Substituição de adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo por não ser um adotante pela primeira vez. **IFRS 9 (Financial Instruments - Taxas no teste de 10 por cento) para baixa de passivos financeiros (equivalente**

ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros): A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações foram adotadas pelo Grupo no registro das modificações nos instrumentos financeiros realizados no exercício. **2.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão de forma retroativa para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **2.3. Uso de estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revertem suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. • **Notas Explicativas nos 2.d e 5 - Perda de crédito esperado.** • **Notas Explicativas nos 2.d e 6 - Provisão para perdas de estoques.** • **Notas Explicativas nos 2.d, 12 e 13 - Vidas úteis do ativo imobilizado e prazo de amortização dos intangíveis com vidas úteis definidas.** • **Notas Explicativas nos 2.d e 14 - Análise de indicadores de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** • **Notas Explicativas nos 2.d e 12 e 20 - Direito de uso e passivo de arrendamentos.** • **Notas Explicativas nos 2.d e 21 - Provisão para demandas judiciais e passivos contingentes.** • **Notas Explicativas nº 2.d e 19 - Reconhecimento, mensuração e realização de ativos fiscais diferidos.**

3 Gestão de risco dos instrumentos financeiros

3.1. Fatores de riscos financeiros: As atividades da Companhia e de suas controladas expõem a diversos riscos financeiros; incluindo risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas seguem controle de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos deste controle, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. O controle de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foi definido pela Diretoria do Grupo. Nos termos deste controle, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. a) Risco de mercado: i) Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e de suas controladas incorrerem em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. ii) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas serem afetadas por mudanças de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2022 está apresentada na Nota Explicativa 28. b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado pela Diretoria da Companhia e de suas controladas. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, exposições de crédito de contas a receber em aberto e operações com partes relacionadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, comportamento do mercado, consultas de créditos e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas definidas pela Administração. A Administração avalia a concentração de risco com relação às contas a receber e ativos e contrato como baixo, uma vez que seus clientes estão localizados em diversas jurisdições e indústrias e operam em mercados amplamente independentes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para os clientes são, geralmente, interrompidas quando há evidência de inadimplência. Para os demais clientes com histórico de inadimplências, a Administração exige, em alguns casos, o recebimento antecipado para liberação de novos pedidos. A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência, exceto pela provisão de perda de crédito esperada, apresentada na Nota Explicativa 5. c) Risco de liquidez: É o risco da Companhia e de suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Tesouraria. Vide também o item 2.3. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia e de suas controladas em relação à aplicação e distribuição de recursos incluem seu capital em uso e salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novos ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A alavancagem financeira é decorrente basicamente das seguintes operações: (i) Operações de leasing financeiro (máquinas, equipamentos e veículos); (ii) Financiamento e refinanciamento de importações; (iii) Contratação de capital de giro; (iv) Operações FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos com índice de nacionalização mínimo de 60%); e (v) Debêntures. **3.3. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros (consolidado):** O passivo financeiro da Companhia e suas controladas está atrelado majoritariamente a contratos pré-fixados pelo CDI, representado por 59,73% do volume do passivo financeiro consolidado em dezembro de 2022. Além disso, um total de 7,20% do volume do endividamento bancário está atrelada às taxas de juros pré-fixadas; 32,38% vinculados a contratos com variação cambial e 0,69% restantes atualizados por outros indicadores de liquidez na Nota Explicativa 27. **3.2. Gestão de risco de capital:** Os CPCs 39, 40 e 48 dispõem sobre a aplicação e distribuição de recursos, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na base de 31 de dezembro de 2022, foram estimados 3 cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 31 de dezembro de 2022, definimos o Cenário Provável para os 12 meses seguintes (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável) simulamos acréscimo e decréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimento de cada contrato programado para o decorrer de 2022 e anos seguintes. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022, projetando os índices de correção de cada contrato para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Cenário provável	Cenário II		Cenário III	
		25% de oscilação	50% de oscilação	25% de oscilação	50% de oscilação
Risco					
Cotação do dólar	5.2177	7.0241	4.2144	8.4289	2.8096
Cotação do euro	5.5694	7.6469	4.5882	9.1763	3.0588
Variação cambial	472.135	640.598	386.223	767.786	259.035
Despesa financeira projetada	41.275	127.188	-127.188	254.376	-254.376
Variação %	8,74%	26,94%	-26,94%	53,88%	-53,88%
CDI	1.112.644	1.328.199	1.251.803	1.366.397	1.213.605
Taxa de remuneração %	15,94%	19,37%	12,51%	22,81%	9,07%
Despesa financeira projetada	177.357	38.198	-38.198	76.396	-76.396
Variação %	-	-3,43%	-3,43%	6,87%	-6,87%
Pré-fixado	131.998	136.373	136.373	136.373	136.373
Taxa de remuneração %	4,80%	4,80%	4,80%	4,80%	4,80%
Despesa financeira projetada	6.374	6.374	6.374	6.374	6.374
Variação %	-	4,83%	4,83%	4,83%	4,83%
Outros	12.778	15.407	14.521	15.850	14.078
Taxa de remuneração %	17,11%	20,58%	13,64%	24,04%	10,17%
Despesa financeira projetada	2.186	443	-443	886	-886
Variação %	-	3,47%	-3,47%	6,94%	-5,92%
Total endividamento bancário	1.729.555	2.122.577	1.790.919	2.288.405	1.625.090
Total despesa financeira projetada	227.193	393.022	61.364	558.580	-104.465
Total Variação %	13,14%	22,72%	3,55%	32,31%	-6,04%

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022 estão atrelados à remuneração diária de um percentual de variação do CDI, com liquidez diária. Parte das aplicações são caracterizadas como aplicações automáticas, de acordo com o saldo final disponível em conta corrente. Outra parte, foi aplicada em CDB com liquidez diária através de montantes/lopes específicos negociados e distribuídos nas principais instituições de relacionamento da Companhia e suas controladas. A análise de sensibilidade seguiu os mesmos critérios para o cálculo do passivo, anteriormente descritos.

	Cenário provável	Cenário II		Cenário III	
		25% de oscilação	50% de oscilação	25% de oscilação	50% de oscilação
Controladora					
Depreciação	121.078	121.078	121.078	121.078	121.078
Receita financeira projetada	16.246	20.308	12.185	24.369	8.123
Taxa sujeita a variação	13,42%	16,77%	10,06%	20,13%	6,71%
Variação	4.062	(4.062)	8.123	(8.123)	
Consolidado					
Cenário I					
provável	253.357	253.357	253.357	253.357	253.357
Receita financeira projetada	33.995	324.368	253.357	25.496	50.993
Taxa sujeita a variação	13,42%	16,77%	10,06%	20,13%	6,71%
Variação	8.499	(8.499)	16.998	(16.998)	

A Companhia e suas controladas incluem as NDFs e Swap na análise de sensibilidade utilizando os seguintes cenários: Cenário I - considerado como referencial pela Companhia e suas controladas; obtido através da cotação do câmbio a R\$/US\$ e taxas CDI, com base na compilação de projeções mercadológicas extraídas de relatórios das principais consultorias, instituições financeiras nacionais e internacionais e do Banco Central do Brasil. Cenário II e III - apreciação e deterioração sobre as taxas câmbio e de CDI - esses cenários consideram reduções (deterioração) e aumentos (apreciação) de 25% e 50% sobre as taxas de juros (marcados a mercado) atreladas aos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas com posições em aberto na data de fechamento. Cenário IV e V - aumento sobre as taxas câmbio e de CDI - esses cenários consideram aumento (apreciação) de 25% e 50% sobre as taxas de juros (marcados a mercado) atreladas aos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas com posições em aberto na data de fechamento. Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações dos instrumentos financeiros derivativos sob cada cenário.

	Cenário (I) Provável	Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)		Cenário (V)	
		Deterioração 25%	Deterioração 50%	Deterioração 50%	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Deterioração 50%	Apreciação 50%	
Controladora									
Depreciação	2.292	(49.457)	(101.205)	54.041	105.789				
NDF (Bancos)	-	(15.749)	(103.497)	51.749	103.497				
Variação (R\$)	-	(197.932)	(371.969)	150.140	324.177				
Swap	-	(174.036)	(348.073)	174.036	348.073				
Variação (R\$)	-	(21.604)	(421.841)	21.604	42.964				
Total valor justo	-	(247.389)	(473.174)	204.181	429.964				
Total variação (R\$)	-	(225.785)	(451.570)						



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Clientes nacionais	747.154	625.978	813.057	702.976
Clientes estrangeiros	7.379	851	32.346	12.733
Partes relacionadas (vide Nota 10)	554.628	395.163	350.655	203.018
	1.309.161	1.021.992	1.196.058	918.727
(-) Perda de crédito esperada	(3.567)	(6.544)	(4.223)	(7.545)
	1.305.594	1.015.448	1.191.835	911.182

A Companhia e suas controladas adotam, como procedimento, constituir provisão para perda de crédito esperada levando em consideração características dos clientes, bem como os prazos de vencimento dos títulos, em conjunto com a análise individual de sua carteira de clientes e perdas esperadas. Não são realizadas provisões para operações entre partes relacionadas. A seguir, a movimentação da perda de crédito esperada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31/12/2020			(3.611)	
Provisão			(25.176)	(27.002)
Reversão			14.933	15.933
Baixa (perda efetiva)			6.709	7.165
Saldo em 31/12/2021			(6.544)	(7.545)
Provisão			(10.379)	(11.426)
Reversão			9.578	10.579
Baixa (perda efetiva)			3.778	4.169
Saldo em 31/12/2022			(3.567)	(4.223)

Os vencimentos das contas a receber sintética estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer				
Vencidos até 30 dias	27.722	12.260	39.982	34.062
Vencidos de 31 a 60 dias	4.621	5.063	9.684	12.430
Vencidos de 61 a 120 dias	28.406	7.573	35.979	24.283
Vencidos de 121 a 180 dias	38.571	5.033	39.074	21.967
Vencidos de 181 a 360 dias	93.006	1.880	94.886	53.068
Vencidos acima de 361 dias	25.071	2.870	27.941	2.046
	1.272.884	36.277	1.309.161	963.857

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer				
Vencidos até 30 dias	1.126.611	6.128	1.132.739	833.026
Vencidos de 31 a 60 dias	24.447	12.260	36.707	19.479
Vencidos de 61 a 120 dias	1.769	5.063	6.832	1.663
Vencidos de 121 a 180 dias	3.528	7.573	11.101	1.392
Vencidos de 181 a 360 dias	2.382	503	2.885	1.014
Vencidos acima de 361 dias	612	1.880	2.492	1.581
	432	2.870	3.302	2.437
	1.159.781	36.277	1.196.058	860.592

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	404.935	368.058	435.193	404.574
Produtos em processo	79.303	60.410	126.581	78.780
Matérias-primas	254.339	219.657	406.140	315.963
Materiais de embalagem	75.706	62.827	144.880	99.055
Material de manutenção e segurança	32.438	28.302	54.297	47.105
Adiantamento para aquisição de materiais (i)	5.161	8.744	9.726	12.659
Outros	23.973	19.595	24.110	20.023
(-) Provisão para perdas	(80.012)	(42.321)	(114.069)	(52.942)
	795.843	725.772	1.086.658	925.217

(i) Refere-se a adiantamentos para aquisição de matéria-prima e medicamentos importados para revenda. A movimentação da provisão de perdas é apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31/12/2020			(49.706)	(57.994)
Provisão/Reversão			(31.018)	(35.393)
Baixa (perda efetiva)			38.405	43.628
Saldo em 31/12/2021			(42.321)	(52.942)
Provisão/Reversão			(52.220)	(59.857)
Baixa (perda efetiva)			14.529	31.767
Aquisição de controlada			-	(33.037)
Saldo em 31/12/2022			(80.012)	(114.069)

7 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS (i)	23.768	14.067	132.962	61.669
PIS (ii)	2.107	1.605	10.134	4.786
COFINS (ii)	9.709	7.275	34.889	21.007
Imposto de renda (iii)	1.769	5.063	6.832	1.663
Contribuição social sobre o lucro líquido (iii)	6.310	2.907	15.011	5.612
IPI	659	730	11.689	12.804
Outros	5.399	5.165	16.788	5.457
	67.375	42.044	261.842	126.963
Circulante	59.510	35.275	152.856	81.932
Não circulante	7.865	6.769	108.986	45.031

(i) No exercício de 2022, após o cumprimento das obrigações contratuais, o Grupo reconheceu, por meio da sua controlada Inovat, o montante de R\$31.252 referente a créditos obtidos em exercícios anteriores. (ii) Refere-se a créditos de PIS e COFINS oriundos de compra de insumos para industrialização com expectativa de compensação com tributos federais pelos próximos doze meses. (iii) Refere-se substancialmente a pagamentos a maior de IRPJ e CSLL do exercício de 2022 decorrente da exclusão da Lei Complementar nº 160 do ano de 2017 no montante de R\$ 51.769 a ser compensado nos próximos doze meses.

8 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	2.532	1.235	3.941	2.235
Adiantamento a funcionários (i)	18.556	9.960	31.867	15.774
Ativos indenizatórios (ii)	-	-	14.076	-
Cauções e garantias	1.787	1.340	1.787	1.340
Dividendos a receber de coligadas	5.951	2.769	5.951	2.769
Outros	638	1.460	4.833	2.963
	29.466	10.295	62.455	33.271
Circulante	21.345	12.599	37.061	20.091
Não circulante	8.119	4.165	25.394	4.990

(i) Refere-se substancialmente a adiantamento de férias. (ii) Refere-se substancialmente a ativos indenizatórios relacionados a provisão de demandas judiciais anteriores a combinação de negócios entre a companhia e a Bayer, conforme descrito na (nota 1).

9 Instrumentos financeiros derivativos

Ativo	Contraparte	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contrato a termo - NDF (bancos)	Bradesco/ Santander/ Itaú/ Citibank	3.239	2.727	3.239	2.727
Contrato de SWAP	Citibank	6.076	23.620	16.769	23.620
		9.315	26.347	20.008	26.347
Passivo					
Contrato a termo - NDF (bancos)	Bradesco/ Santander/ Itaú/ Citibank	(947)	-	(947)	-
Contrato de SWAP	Citibank/Itaú/Santander	(29.972)	-	(38.396)	-
		(30.919)	-	(39.343)	-
Instrumentos financeiros, líquidos		(21.604)	26.347	(19.335)	26.347
Saldo anterior		26.347	13.405	26.347	13.405
Saldo em 31/12/2022		95.416	73.271	95.416	73.271
Liquidações do instrumento financeiro		(47.558)	(47.387)	(47.558)	(47.387)
Mensuração a valor justo		(95.509)	(12.942)	(93.240)	(12.942)
		(21.604)	26.347	(19.335)	26.347

10 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas e seus respectivos saldos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Recetas				
Vendas para Anovis (i)	82.278	107.739	-	-
Vendas para F&F Distribuidora (ii)	950.364	508.311	950.364	508.311
Vendas para Inovat (i)	35.616	34.159	-	-
Vendas para UQ Indústria Gráfica (i)	1.527	2.241	-	-
	1.069.785	652.450	950.364	508.311
Compras				
Compras da Anovis (i)	154.629	177.905	-	-
Compras da Inovat (i)	92.940	44.544	-	-
Compras da UQ Gráfica (i)	63.785	57.167	-	-
Compras da Laborati (i)	7.333	6.986	-	-
Compras da Schering do Brasil (i)	79.260	-	-	-
Compras da Union Agener (ii)	217.683	173.799	217.683	173.799
	615.630	460.401	217.683	173.799
Despesas				
Despesas financeiras e de depreciação com arrendamento junto a Robferma (vi)	5.832	5.293	8.123	7.651
Ativo circulante				
Contas a receber da Anovis (i)	166.838	157.868	-	-
Contas a receber F&F Distribuidora (ii)	350.601	203.018	350.655	203.018
Contas a receber da Inovat (i)	36.592	34.187	-	-
Contas a receber da UQ Indústria Gráfica (i)	65	90	-	-
Contas a receber da União Química Internacional (i)	530	-	-	-
Contas a receber da Laborati (i)	2	-	-	-
	554.628	395.163	350.655	203.018
Ativo não circulante				
Outras contas a receber da Union Agener (v)	8.749	8.332	9.104	8.332
Outras contas a receber da F&F Distribuidora (iii)	792	471	792	471
Outras contas a receber da Inovat (iii)	137.918	64.347	-	-
Outras contas a receber da UQ Indústria Gráfica (iii)	457	656	-	-
Outras contas a receber da Anovis (iii)	15.164	17.292	-	-
Outras contas a receber da Laborati (iii)	18.187	5.539	-	-
Outras contas a receber da União Química Internacional (iii)	1.088	-	-	-
	182.355	96.637	9.896	8.803
Direito de uso (ativo imobilizado) junto a Robferma (vi)	2.807	7.495	3.910	10.428
	2.807	7.495	3.910	10.428
Passivo circulante				
Contas a pagar para Anovis (i)	16.840	2.618	-	-
Contas a pagar para UQ Gráfica (i)	8.615	5.432	-	-
Contas a pagar para Laborati (i)	511	306	-	-
Contas a pagar para Inovat (i)	8.323	4.622	-	-
Contas a pagar para Schering do Brasil (i)	19.522	-	-	-
Contas a pagar para Union Agener (ii)	58.057	47.184	58.057	47.184
	111.868	60.162	58.057	47.184
Arrendamentos a pagar para a Robferma (vi)	3.071	7.953	4.398	11.188
	3.071	7.953	4.398	11.188
Passivo não circulante				
Empréstimo com controlador indireto (iv)	-	-	-	8.816
	-	-	-	8.816

(i) Saldos referentes a operações de compra e venda de medicamentos e materiais de embalagem e serviços compartilhados. Os serviços compartilhados têm o objetivo de aumentar a eficiência administrativa das partes concentrando serviços administrativos e de apoio na Companhia, também visa estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso proporcional pela controlada a Companhia. Os principais serviços compartilhados são relativos às áreas de tecnologia da informação, área de RH, área regulatória, área jurídica, área de garantia de qualidade, área de compras, área de logística e áreas pertencentes a diretoria financeira. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado com base de custos incorridos, sem remuneração adicional. Transações realizadas com preços e condições usuais acordadas entre as partes. (ii) Saldos referentes a operações de compra e venda de medicamentos com preços e condições usuais acordadas entre as partes com base nos mesmos parâmetros para os quais tais produtos são ofertados ao mercado. A Companhia, a F&F Distribuidora e a Union Agener possuem controlador final em comum; (iii) Saldos são provenientes de mútuos. Os empréstimos de mútuo são apresentados pelo valor nominal sendo acrescido de 12% de juros a.a. O contrato de mútuo tem por objetivo a concessão de crédito rotativo para empresas integrantes do grupo, ou seja, exclusivamente para custeio de capital de giro. O empréstimo é regido por contratos formalizados e a disponibilização dos recursos é feita conforme as necessidades da mutuária e a possibilidade de

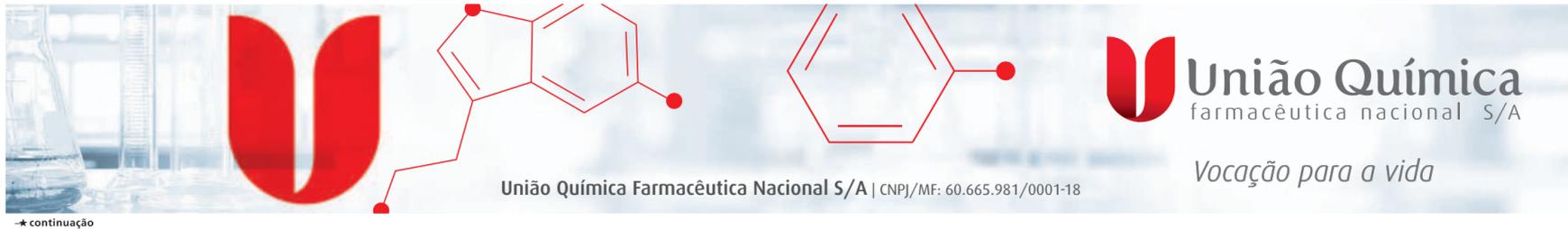
mutuante. O prazo de vencimento de todas as operações é indeterminado e não existe expectativa para liquidação nos próximos 12 meses; (iv) Refere-se ao saldo de empréstimo de mútuo concedido para a empresa Laborati junto ao seu controlador indireto, apresentado a seu valor nominal, sem remuneração. O montante foi liquidado integralmente no mês de dezembro de 2022. (v) Refere-se a despesas pagas pela Companhia referentes a consultorias e mão de obra utilizada na Union Agener, empresa do mesmo controlador da Companhia. A expectativa é que o reembolso aconteça até 31/12/2023, pelo valor nominal; (vi) Refere-se ao saldo em aberto de direito de uso registrado no ativo imobilizado e da obrigação a pagar pelos arrendamentos mercantis do centro de distribuição da Companhia e da planta fabril da controlada UQ Indústria Gráfica junto a Robferma, com vigência contratual de 4 anos e taxa de desconto de 8,52% a.a. a) Controlador final: O controlador final da Companhia é o Sr. Fernando de Castro Marques, que detém controle direto da Robferma Administração e Participações Ltda., esta que detém o controle direto da Companhia e indireto das demais controladas. Vide nota 22 - Patrimônio líquido. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2022 aprovou a remuneração global do pessoal-chave da Administração para o exercício social de 2022, a remuneração é composta por verbos fixas e variáveis pagas ou a pagar. Demonstramos os valores a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	10.982	15.859
Remuneração de conselheiros	3.284	431
	14.266	16.290

11 Investimentos

11.1. Informações sobre investimentos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresenta o seguinte saldo de investimento

	Participação direta	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bionovis S.A. (controlada em conjunto)	25,00%	59.744	46.923	59.744	46.923



União Química Farmacêutica Nacional S/A | CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(f) Obras em andamento: Em 31 de dezembro de 2022, além do projeto de microdosagem de pó estéril no valor de R\$19.535, o imobilizado em andamento incluiu o valor de R\$2.704 com adequação do setor de injetáveis hormonais e o valor R\$ 17.658 em gastos relativos a projetos para ampliação da área industrial e aumento da capacidade produtiva, com previsão para conclusão em 1 ano. As obras em andamento serão registradas como "Instalações e edificações" após finalização da construção

13 Intangível

	Controladora			Total
	Marcas e patentes (i)	Ágio (ii)	Software (iii)	
Custo				
Saldo contábil em 31/12/2020	65.230	13.501	19.827	98.558
Aquisição de controlada	106.381	-	4.447	110.828
Baixas	(4.487)	-	-	(4.487)
Saldo contábil em 31/12/2021	167.124	13.501	24.274	204.899
Adições	-	-	2.414	2.414
Ajuste na avaliação de impairment	1.894	-	-	1.894
Saldo contábil em 31/12/2022	169.018	13.501	26.688	209.207
Amortização				
Saldo contábil em 31/12/2020	(407)	-	(12.362)	(12.769)
Adições	(3.137)	-	(2.199)	(5.336)
Saldo contábil em 31/12/2021	(3.544)	-	(14.561)	(18.105)
Adições	-	-	(4.006)	(4.006)
Saldo contábil em 31/12/2022	(3.544)	-	(18.567)	(22.111)
Saldo líquido 31/12/2020	64.823	13.501	7.465	85.789
Saldo líquido 31/12/2021	163.580	13.501	9.713	186.794
Saldo líquido 31/12/2022	165.474	13.501	8.121	187.096

	Controladora			Total
	Marcas e patentes (i)	Ágio (ii)	Software (iii)	
Custo				
Saldo contábil em 31/12/2020	67.266	13.501	25.411	106.178
Aquisição de controlada	-	11.876	-	11.876
Adições	106.382	-	4.997	111.379
Baixas	(4.487)	-	-	(4.487)
Saldo contábil em 31/12/2021	169.161	25.377	30.408	224.946
Aquisição de controlada	13.321	134.659	4.641	152.621
Adições	66.222	-	3.396	69.618
Ajuste na avaliação de impairment	1.894	-	-	1.894
Ajuste de conversão	22.292	-	-	22.292
Saldo contábil em 31/12/2022	272.890	160.036	38.445	471.371
Amortização				
Saldo contábil em 31/12/2020	(2.443)	-	(17.835)	(20.278)
Adições	(3.137)	-	(2.293)	(5.430)
Saldo contábil em 31/12/2021	(5.580)	-	(20.128)	(25.708)
Aquisição de controlada	-	-	(3.405)	(3.405)
Adições	-	-	(4.733)	(4.733)
Saldo contábil em 31/12/2022	(5.580)	-	(28.266)	(33.846)
Saldo líquido 31/12/2020	64.822	13.501	7.576	85.899
Saldo líquido 31/12/2021	163.581	25.377	10.280	199.238
Saldo líquido 31/12/2022	267.310	160.036	10.179	437.525

(f) Está representado pelo custo de aquisição de marcas e patentes de determinados produtos produzidos e comercializados pela Companhia, os quais substancialmente não são amortizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi realizado o teste de recuperabilidade das marcas e patentes, que demonstrou a necessidade de registro de reversão de impairment no valor de R\$ 1.894. Em abril de 2022 houve aquisição das marcas da Bayer pela empresa Songbook BV, correspondente às propriedades intelectuais dos produtos (IP) e registro das licenças sanitária para o Brasil e América Latina. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve a aquisição do Xantion e do Slow-K. (ii) Está substancialmente representado pelo ágio de R\$2.466 pago na aquisição de marcas e patentes da Bio Macro Laboratório Farmacêutico Ltda., incorporada no exercício de 2020, R\$10.992 referente ao ágio pago na investida Tecnopec Consultoria Comércio e Representações Ltda., em 2010, e que foi incorporada pela Companhia no exercício de 2011, pelo ágio de R\$11.876 gerado na aquisição da empresa Laborail Farmacêutica Ltda. e pelo ágio de R\$ 78.724 gerado na aquisição da empresa Schering do Brasil Química e Farmacêutica Ltda. (iii) Está representado por licenças adquiridas de programas de computador, amortizadas no prazo de cinco anos.

14 Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

A Companhia e suas controladas avaliaram, em 31 de dezembro de 2022, a recuperação do valor contábil do ágio e das marcas com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as UGCs. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia, aprovada pela Administração. O teste de recuperação não identificou necessidade de redução ao valor recuperável desses ativos. Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso: O cálculo do valor em uso para todas as unidades geradoras em questão apresenta sensibilidade às seguintes premissas: (i) Margens brutas; (ii) Taxas de desconto; (iii) Modelo de cálculo CAPM; (iv) Taxa WACC para fluxo caixa descontado; (v) Participação de mercado durante o período de previsão; (vi) Investimento em working capital - clientes-estoques/contas a pagar. As projeções foram efetuadas com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas médias ponderadas de crescimento utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios dos setores que a Companhia atua. As taxas de desconto antes dos impostos, foram reavaliadas através de cálculo iterativo com base no cálculo da taxa de desconto após impostos. Dessa forma, a taxa de desconto de 12,85% (12,98% em 2021) foi calculada através da metodologia de custo médio ponderado de capital (WACC na sigla em inglês), que corresponde a uma taxa pré-tax de 19,47% (19,67% em 2021).

15 Fornecedores

As operações que a União Química e suas controladas mantêm com fornecedores nacionais e do exterior são substancialmente representadas por transações de compra de equipamentos industriais e insumos específicos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	167.995	178.444	271.687	248.737
Fornecedores estrangeiros	81.706	67.819	103.575	78.443
Partes relacionadas (vide Nota 10)	111.868	60.162	58.057	47.184
	361.569	306.425	433.319	374.364

Os vencimentos das obrigações junto aos fornecedores nacionais e do exterior estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos (i)	67.673	46.366	71.029	47.222
A vencer até 30 dias	126.619	139.263	172.985	173.966
A vencer de 31 a 60 dias	83.784	61.068	122.216	83.180
A vencer de 61 a 120 dias	83.493	59.728	67.089	69.996
	361.569	306.425	433.319	374.364

(i) Os valores vencidos em até 30 dias são substancialmente representados por títulos junto a empresa Union Agener Inc. empresa com controlador em comum e cujos valores foram negociados para pagamento no próximo trimestre.

16 Cessão de créditos por fornecedores

Mercado local (risco sacado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	29.919	19.416	39.897	32.391
	29.919	19.416	39.897	32.391

A Companhia possibilita que alguns fornecedores tenham a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para Instituições Financeiras. Nessa operação, o fornecedor tem o direito de reduzir os seus custos financeiros pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. Em 31 de dezembro de 2022, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto às instituições financeiras no mercado local ficaram entre 1,38% a.m. e 1,70% a.m. (1,7% a.m. e 1,78% a.m em 2021), com média ponderada de 1,60% a.m. (1,39% a.m em 2021). Não ocorreram operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a Instituições Financeiras no mercado externo.

17 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda Estrangeira:	Taxa média de encargos %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FINIMP		Variação cambial do dólar acrescido de 4,53% a 5,50% a.a.	2024	13.047	14.984	19.912	22.528
FINIMP		Variação cambial do dólar acrescido de 6,68% a 7,48% a.a.	2024	110.116	114.114	110.116	114.114
Empréstimo resolução 4131 (i)		CDI + 3,83% a 7,68% a.a.	2025-2027	348.973	147.706	473.539	147.706
				472.136	276.804	603.567	284.348

Moeda Nacional:	BNDES - FINAME	Empréstimo resolução 4131	Capital de giro	Finep	Debêntures (a)	Arrendamento mercantil	Controladora		Consolidado	
							31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		2,50% a 4,88% acrescido da TJLP / SELIC	2023-2027	13.998	9.541	15.387	11.547			
		CDI + 2,96% a.a.	2025	124.921	121.190	124.921	121.190			
		CDI + 1,78% a 4,21% a.a.	2023-2028	374.765	378.828	374.765	378.828			
		3,50% a 5,76% a.a.	2023-2031	73.405	51.706	73.405	51.706			
		CDI + 1,90% a.a.	2026	615.740	727.802	615.740	727.802			
		2,70% a 17,33% a.a.	2023-2026	54.590	63.772	56.240	66.269			
				1.257.419	1.352.839	1.260.458	1.357.342			
				1.729.555	1.629.643	1.864.025	1.641.690			
				344.558	205.851	350.728	208.511			
				1.384.997	1.423.792	1.513.297	1.433.179			

(i) Operações firmadas pela Companhia de acordo com a Resolução 4131 que possui swap atrelado que resultam em custo de dívida final de CDI + 1,54% a 2,69% a.a.

(ii) Movimentação dos empréstimos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	1.629.643	922.032	1.641.690	935.675
Aquisição de controlada	-	-	-	-
Captações	507.882	960.271	628.813	961.623
Juros incorridos	197.128	66.889	208.129	67.428
Pagamento de principal	(479.229)	(295.374)	(604.306)	(298.383)
Pagamento de juros	(114.793)	(43.420)	(122.639)	(43.931)
Comissão de debêntures	1.779	614	1.779	614
Variação cambial	(12.855)	18.631	(11.001)	18.664
Saldo	1.729.555	1.629.643	1.864.025	1.641.690

Os contratos de FINAME e de arrendamento mercantil estão garantidos, respectivamente, pelas máquinas, equipamentos e pelos veículos financiados. Os demais financiamentos estão garantidos por carta fiança, alienação fiduciária e standby letter credit, as quais estão vinculadas às operações de empréstimos bancários internacionais (Lei 4131). A carta fiança com valor contábil de R\$ 3.890 foi dado como garantia e contrato de seguro no valor R\$ 328 como cobertura do empréstimo junto ao FINEP. a) Debêntures: Em julho/2018 a Companhia realizou a 3ª emissão pública de Debêntures Simples, estruturada com o consórcio formado entre os bancos Santander e Bradesco. O montante total da emissão foi de R\$200.000 (duzentos milhões de reais) em série única, prazo total de 60 meses, sendo carência de 6 meses para pagamento dos juros semestrais e carência de 24 meses para amortização das parcelas semestrais de principal. As debêntures não eram conversíveis em ações e eram garantidas por hipoteca imobiliária. Em dezembro/2022, a Companhia liquidou integralmente a 3ª emissão pública de Debêntures pelo valor de R\$59.524. Em 13 de outubro de 2021, a Companhia celebrou junto aos bancos Bradesco e Santander, a 4ª emissão de debêntures no montante de R\$600.000 (com prazo total de 60 meses, sendo carência de 6 meses para amortização dos juros semestrais e carência de 24 meses para pagamento das parcelas semestrais principais). As debêntures não são conversíveis em ações, possuem garantias fiduciárias das quais constam como garantidores o Sr. Fernando de Castro Marques e a Rotfema Administração e Participações Ltda., e sua remuneração é baseada em 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do CDI acrescida de 1,90% ao ano. b) Covenants: A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. As principais cláusulas contratuais estabelecem que a dívida líquida da Companhia (definida em contrato por: significa a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas com derivativos, bem como avais, fianças e demais garantias em benefício de empresas não controladas nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia (inclusive avais, fianças e outras garantias prestadas que sejam mantidas fora do balanço do Grupo), classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo, bem como obrigações de pagamento por aquisição de ativos e exigível de longo prazo, excluindo-se os passivos de direito de uso (ou passivos de arrendamentos), menos as disponibilidades, dividida pelo EBITDA (definido por: lucro antes do imposto de renda e contribuição social acrescido do resultado financeiro líquido, da depreciação e da equivalência patrimonial) dos últimos doze meses, não pode exceder aos índices contratuais, medidos semestral ou trimestralmente - a depender do contrato. Os contratos também preveem que o índice de liquidez corrente (definido pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante) se mantenha sempre acima de 1,20. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia está em conformidade com todas as suas cláusulas. i) Valores contábeis e fluxo contratual: Os valores contábeis e a estimativa dos fluxos contratuais dos empréstimos, financiamentos são os seguintes:

Modalidade	Moeda Estrangeira:	Controladora		Fluxo contratual
		31/12/2022	31/12/2021	
FINIMP		13.047	14.984	15.350
FINIMP		110.116	114.114	136.527
Empréstimo resolução 4131		348.973	147.706	453.248
		472.136	276.804	605.213

Moeda Nacional:	BNDES - FINAME	Empréstimo resolução 4131	Capital de giro	Finep	Debêntures	Arrendamento mercantil	Controladora		Fluxo contratual
							31/12/2022	31/12/2021	
		2,50% a 4,88% acrescido da TJLP / SELIC	2023-2027	13.998	9.541	15.381	10.983		
		CDI + 2,96% a.a.	2025	124.921	121.190	124.921	121.190		
		CDI + 1,78% a 4,21% a.a.	2023-2028	374.765	378.828	374.765	378.828		
		3,50% a 5,76% a.a.	2023-2031	73.405	51.706	73.405	51.706		
		CDI + 1,90% a.a.	2026	615.740	727.802	615.740	727.802		
		2,70% a 17,33% a.a.	2023-2026	54.590	63.772	56.240	66.269		
				1.257.419	1.352.839	1.260.457	1.357.342		
				1.729.555	1.629.643	1.864.025	1.641.690		

Modalidade	Consolidado			
	Valor contábil	Fluxo contratual	31/12/2022	31/12/2021
Moeda Estrangeira:				
FINIMP	19.912	22.528	23.193	23.270
FINIMP	110.116	114.114	136.527	120.464
Empréstimo resolução 4131	473.539	147.706	637.902	200.813
	603.567	284.348	797.562	344.547

Moeda Nacional:	BNDES - FINAME	Empréstimo resolução 4131	Capital de giro	Finep	Debêntures	Arrendamento mercantil	Consolidado			
							31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		2,50% a 4,88% acrescido da TJLP / SELIC	2023-2027	13.998	9.541	15.381	10.983			
		CDI + 2,96% a.a.	2025	124.921	121.190	124.921	121.190			
		CDI + 1,78% a 4,21% a.a.	2023-2028	374.765	378.828	374.765	378.828			
		3,50% a 5,76% a.a.	2023-2031	73.405	51.706	73.405	51.706			
		CDI + 1,90% a.a.	2026	615.740	727.802	615.740	727.802			
		2,70% a 17,33% a.a.	2023-2026	54.590	63.772	56.240	66.269			



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1. Reconciliação de despesa com imposto de renda e contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	388.930	596.234	423.269	597.004
Alíquota nominal combinada dos tributos - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social	(132.236)	(202.720)	(143.911)	(202.981)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Inventário patrimonial	(1.850)	4.297	4.709	3.964
Inovação tecnológica	40.321	41.617	40.321	41.617
Doações e brindes	(5.056)	(3.472)	(5.056)	(3.472)
Subvenções para investimento (i)	88.326	33.266	88.326	33.266
Juros sobre capital próprio	24.002	12.642	24.002	12.642
Dedução de benefícios do programa alimentação trabalhador	471	3.881	857	3.904
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	(18.616)	7.169
Imposto de renda e contribuição social apurado no lucro presumido	-	-	(1.752)	-
Outras adições e exclusões permanentes	(35.497)	(37.437)	(46.538)	(44.805)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(21.519)	(147.926)	(55.858)	(148.696)
Impostos correntes	(16.596)	(147.557)	(33.122)	(151.618)
Impostos diferidos	(4.923)	(369)	(22.736)	2.922
Resultado IRPJ/CSLL corrente / diferido	(21.519)	(147.926)	(55.858)	(148.696)
Alíquota efetiva	5,53%	24,81%	13,20%	24,91%

(i) O acréscimo no exercício refere-se a subvenções para investimento conforme descrito Nota Explicativa 7. Esse fato motivou a redução da alíquota efetiva.

19.2. Imposto de renda e contribuição social a compensar (pagar): Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	-	20.818	550	23.155
Provisão	12.433	96.137	28.959	100.198
Imposto pago	(25.211)	(120.694)	(36.929)	(129.370)
Imposto pago a maior	12.778	3.739	21.088	6.903
Compensação	-	-	(2.882)	(336)
Total	-	-	10.806	550

A diferença do valor da provisão e a despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício refere-se a parcela do benefício da Lei do Bem que é registrada contra o resultado operacional. 19.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos: A composição do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) diferido ativo e passivo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões	71.237	73.286	95.910	81.868
Vendas registradas e não entregues	-	7.492	7.695	7.695
Impairment de ativos	1.948	2.592	1.948	2.592
Prejuízo fiscal	-	-	17.220	21.922
Arrendamentos	73.185	83.370	115.078	108.317
Depreciação - bens de P&D	(19.892)	(15.041)	(18.414)	(13.268)
Depreciação - efeitos da revisão da nova vida útil	(21.059)	(19.110)	(21.059)	(19.110)
Instrumentos financeiros derivativos	(38.064)	(32.901)	(54.113)	(45.797)
Compra vantajosa	7.345	(8.958)	7.345	(8.958)
Variação cambial diferida	(899)	(899)	(899)	(899)
Outros	(742)	(1.864)	(696)	(1.664)
Impostos diferidos - ativo	(73.311)	(78.573)	(88.598)	(89.696)
Impostos diferidos - passivo	(126)	-	(1.023)	(3.073)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferida é a seguinte: Saldo do imposto diferido ativo em 31 de dezembro de 2020

	2020	2021	2022
Saldo do imposto diferido ativo em 31/12/2021, líquida	9.979	1.120	1.271
Saldo do imposto diferido ativo em 31/12/2022	-	-	1.886
Saldo do imposto diferido passivo em 31 de dezembro de 2021	-	-	2.964
Saldo do imposto diferido passivo em 31 de dezembro de 2022	-	-	17.220

Saldo do imposto diferido passivo em 31 de dezembro de 2022: Baixa proporcional do prejuízo fiscal no montante de R\$ 44.529 devido a cisão parcial conforme mencionado na Nota Explicativa 1. O prejuízo fiscal acumulado possui compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui data de vencimento. A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social tenham as seguintes realizações:

	2023	2024	2025	2026	2027 - 2030	Total
	9.979	1.120	1.271	1.886	2.964	17.220

20. Outras contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Novartis Biociências S.A. (i)	9.735	9.144	12.129	14.131
Hypera S.A. (ii)	-	15.363	-	15.363
Bayer S.A. (iii)	80.401	-	82.187	-
Arrendamentos (iv)	50.007	20.731	56.786	26.054
Outras obrigações	7.936	10.161	10.491	12.020
Circulante	148.079	55.399	161.593	67.568
Não Circulante	31.730	32.217	34.268	35.726
Total	116.349	23.182	127.325	31.842

(i) Refere-se a dívida contraída em decorrência da aquisição da Anovis Industrial Farmacêutica Ltda. junto à Novartis Biociências S.A., restando apenas última parcela para liquidação do saldo. Este valor é atualizado pelo IPCA e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram reconhecidos no resultado financeiro o montante de R\$755 (R\$1.013 em dezembro de 2021), referente a juros incorridos e R\$1.025 em 2021, referente a ajuste a valor presente, em 2022 não houve registro de ajuste a valor presente. (ii) Refere-se a dívida contraída em decorrência da aquisição da marca Neocopan, junto à Hypera S.A. Em dezembro/2022, foi liquidada a última parcela. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram reconhecidos no resultado financeiro o montante de R\$949 (R\$1.100 em dezembro de 2021) referente a juros incorridos e R\$1.801 (R\$2.089 em dezembro de 2021) referente a ajuste a valor presente. (iii) Refere-se substancialmente a contraprestação a ser paga pela aquisição da Schering do Brasil Química e Farmacêutica Ltda. junto à Bayer S.A no valor de R\$ 72.399 com atualização de variação cambial de R\$ 8.002, totalizando o montante de R\$ 80.401, conforme descrito na Nota Explicativa 1. (iv) Os saldos são representados por arrendamentos de imóveis, veículos e equipamentos e a Companhia e suas controladas utilizam a taxa de desconto entre 8,11% a.a. e 8,52% a.a. As movimentações dos saldos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	20.055	16.466	25.118	20.687
Novos contratos e renovação de contratos existentes (i)	53.588	19.751	58.261	22.958
Depreciação	(22.701)	(16.162)	(25.884)	(18.527)
Saldo no final do exercício	50.942	20.055	57.495	25.118
Arrendamentos a pagar (registrado no passivo exigível)	31.199	16.599	35.514	10.496
Saldo no início do exercício	20.731	16.599	26.054	21.304
Novos contratos e renovação de contratos existentes	53.588	19.751	58.261	22.958
Baixa por pagamento de passivo de arrendamento	(25.319)	(17.505)	(28.995)	(20.190)
Juros sobre passivos de arrendamento	1.007	1.586	1.466	1.952
Saldo no final do exercício	50.007	20.731	56.786	26.054
Circulante	18.808	12.080	21.272	15.558
Não circulante	31.199	8.651	35.514	10.496

Despesa de depreciação com arrendamento: Despesas financeiras de juros com passivos de arrendamento

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Impacto do arrendamento no resultado	(1.007)	(1.586)	(1.466)	(1.952)
O incremento em 2022 em relação ao exercício de 2021, refere-se substancialmente a novos contratos de arrendamento de veículos. A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e renovação de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são materiais para suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise do vencimento é apresentada a seguir:				

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	14.509	-	17.676
2023	26.076	5.772	29.242	7.535
2024	19.206	1.577	21.113	2.207
2025	8.896	1.404	10.499	1.981
Acima de 2026	1.105	-	2.135	-
(-) AVP	55.283	23.262	62.989	29.399
Total	(5.276)	(2.531)	(6.203)	(3.345)
	50.007	20.731	56.786	26.054

	Controladora		Consolidado	
	2022	2023	2024	2025
Fluxo de pagamentos futuros	-	-	-	-
Fluxo de desembolso sem AVP	-	26.076	19.206	8.896
Cenário com inflação	-	28.926	22.006	10.482
Consolidado	-	-	-	-
Fluxo de pagamentos futuros	2022	2023	2024	2025
Fluxo de desembolso sem AVP	-	29.242	21.113	10.499
Cenário com inflação	-	32.438	24.191	12.371
Taxa média de inflação (*)	5,62%	10,93%	14,58%	17,83%

(*) Taxas obtidas através das projeções divulgadas pelo boletim Focus

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2023	2024	2025
Fluxo de pagamentos futuros	-	-	-	-
Fluxo de desembolso sem AVP	-	26.076	19.206	8.896
Potencial PIS/COFINS	-	(2.412)	(1.777)	(823)
Total	-	23.664	17.429	8.073

Complementarmente, os usuários dessas demonstrações financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nesta nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

21. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza tributária, previdenciária, reclamações trabalhistas e processos civis. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base em análise de ações em curso, autuações e avaliações de risco onde os prognósticos de perda são considerados prováveis pela Administração e pelos consultores jurídicos.

	Depósitos judiciais		Provisão para demandas judiciais	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31/12/2022	23.984	25.991	9.181	10.124
31/12/2021	1.161	1.657	31.152	40.261
Tributárias	827	1.279	14.262	13.798
Trabalhistas e previdenciárias	25.972	11.702	54.595	77.423
Cíveis	-	-	4.868	3.253
Total	25.972	11.702	28.927	13.344

Movimentação das provisões:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31/12/2020	-	81.091	-	83.872
Adições	-	2.014	-	3.072
Baixa por perda	-	(2.525)	-	(3.396)
Baixa por reversão	-	(417)	-	(466)
Atualização de saldo	-	8.284	-	8.142
Mudança de prognóstico	-	(4.040)	-	(5.078)
Saldo em 31/12/2021	-	92.487	-	96.302
Adições	-	3.095	-	3.920
Baixa por perda	-	(7.088)	-	(8.341)
Baixa por reversão	-	(1.999)	-	(2.037)
Atualização de saldo	-	3.895	-	4.127
Mudança de prognóstico	-	(35.795)	-	(35.726)
Aquisição de controlada	-	-	-	(19.178)
Saldo em 31/12/2022	-	54.595	-	77.423

A natureza das demandas judiciais e obrigações pode ser resumida como segue: Tributárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns impostos, taxas e contribuições, como também a distintas interpretações sobre a forma de apuração ou compensação de determinados tributos. Destacam-se os processos de cobrança de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, Minas Gerais e São Paulo e a defesa aos autos de infração relativos a cobrança de IPI, PIS e COFINS sobre arrendamento mercantil para aquisição de bens. Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Ações civis - as principais ações estão relacionadas a reclamações relativas a resultados obtidos na utilização de medicamentos fabricados pela Companhia.

Perdas possíveis, não provisionadas nas demonstrações financeiras: A Companhia e suas controladas tem ações de naturezas tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos da Companhia como possíveis, para as quais não há provisão constituída, distribuídos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Possíveis	157.627	141.044	158.069	142.285
Tributárias	28.914	22.851	42.748	25.929
Trabalhistas e previdenciárias	38.099	69.811	38.182	70.316
Cíveis	224.640	233.706	238.999	238.530

Os principais processos da Companhia e suas controladas, com grau de risco possível considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são relacionados abaixo: Tributárias: (i) Impugnação administrativa relativa à lavratura do Auto de Infração e imposição de multas, relativo à glosa de despesas tomadas e tidas como não dedutíveis para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL. Aguarda-se análise e julgamento da defesa apresentada. Os autos foram encaminhados para a Delegacia de Julgamento da Receita Federal onde permanecem aguardando julgamento. Aguarda-se, também, análise e julgamento da Manifestação de Inconformidade apresentada. (ii) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal no exercício de 2004, questionando a comprovação dos custos dos bens e serviços vendidos e sua respectiva dedutibilidade para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL. (iii) Questionamentos da Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo relativo a utilização de crédito de ICMS, através de escrituração de notas fiscais de transferência de mercadorias recebidas de estabelecimento filial situado no Distrito Federal. (iv) Auto de infração lavrado pela Secretária da Fazenda do Estado de Minas Gerais relativo a uma suposta diferença de ICMS apurado e não recolhido. (v) Auto de infração lavrado em razão de suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, em razão da indedutibilidade de despesas registradas pela empresa. (vi) Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo relativo a suposto não recolhimento de ICMS na importação de bens por outro estabelecimento, da mesma titularidade. (vii) Execução fiscal substanciada em débito de ISS referente a períodos anteriores junto à Prefeitura do Município de São Paulo. Cíveis: (i) Ação de cobrança referente à indenização por danos morais consequente de rescisão contratual com representante comercial, onde a autora alega que a rescisão foi involuntária. (ii) Ação pelo rito ordinário decorrente de contrato de serviços logísticos, na qual a autora sustenta que a rescisão foi involuntária antes do período mínimo de 5 anos estabelecido em contrato e que tal elemento lhe causou prejuízos. (iii) Alegação de problemas de saúde, causado por suposto erro médico ou defeito de medicamentos recitados pelo hospital. Requer indenização por danos morais, estéticos e materiais para ressarcimento de despesas médicas com medicamentos e lucros cessantes em razão da diminuição de capacidade laborativa. Foi realizada pericia médica, o laudo foi desfavorável à tese autoral, consignando que a perda visual ocorreu em período anterior ao atendimento médico, sendo pré-existente ao uso do medicamento reclamado. (iv) Ação de cobrança referente a questões contratuais de aluguel, onde a autora alega direitos de pagamentos eventuais previstos em contrato. (v) Ação pretendendo a inexistência dos boletos emitidos, com pedido para que se obstaculizasse a veiculação da publicidade. (vi) Ação sobre questionamentos envolvendo créditos oriundos de prestação de serviços de distribuição de medicamentos. (vii) Ação envolvendo propriedade de marcas de medicamentos. Requer indenização por danos materiais e perdas e danos referente ao período em que não houve comercialização dos produtos pela Autora, bem como, devolução das marcas à Autora. Indeferida tutela antecipada de abstenção do uso das marcas, pleiteada na inicial. Aguardando despacho determinando a citação. Trabalhistas: (i) A Companhia e suas controladas possuem ações trabalhistas envolvendo discussões sobre pretensões de diferenças salariais. (ii) Os demais processos referem-se a solicitações de danos morais, materiais, bem como vínculo empregatício, horas extras e demais consectários legais.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social: Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 12 de julho de 2021, a Companhia retificou a emissão de ações feita em 27 de julho de 2017 alterando o total de ações naquele ato de 379.377.291 para 379.570.129. Neste mesmo ato a Companhia aumentou seu capital social em R\$298.187, utilizando o saldo da reserva de lucros, mediante a emissão de 257.066.728 ações ordinárias. No dia 18 de outubro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 154.657 mediante emissão de 133.325.283 ações por meio de capitalização da reserva de lucros. E em 29 de novembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital no montante de R\$



União Química Farmacêutica Nacional S/A | CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18

União Química
farmacêutica nacional S/A

Vocação para a vida

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27) Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2022 estavam contratadas pelos montantes a seguir indicados, conforme apólices de seguros e atendem a avaliação de riscos da Administração:

Ramos	Valido até	Valor da importância segurada
Riscos Operacionais, incluindo incêndio de estoques e bens do imobilizado	28/03/2023	3.281.283
Responsabilidade Civil Geral	08/12/2023	70.000
Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores	30/07/2023	50.000
Fiança Locatícia	06/04/2023	2.698.000
Veículos - Frota	13/08/2023	Valor de Mercado FIPE/Determinado
Seguro garantia - FINEP	05/02/2024	43.448
Transporte terrestre nacional	30/04/2023	3.000
Transporte internacional - Importação	30/04/2023	USD2.000.000,00
Transporte internacional - Exportação	30/04/2023	4.000
Transporte RCTR-C	30/04/2023	Faturamento mensal conforme embarques
Transporte RCTR-VI	30/04/2023	Faturamento mensal conforme embarques

28) Instrumentos financeiros

Gestão de capital: A política da Companhia e de suas controladas em manterem uma base sólida de capital resultam na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como sólida alocação para desenvolvimento de negócios futuros. Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia e suas controladas são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários das outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos. A Companhia e suas controladas administram a estrutura de capital e a ajustar considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, acrescida da dívida líquida.

	Controladora	Consolidado
Emprestimos, financiamentos e debêntures	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	1.729.555	1.629.643
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(122.377)	(325.866)
	1.607.178	1.303.777

Patrimônio líquido

Patrimônio e dívida líquida

Quociente de alavancagem

Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital da Companhia e suas controladas, entre outras coisas, visa assegurar que cumpre com os compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos que definem os requisitos de estrutura de capital. As violações no cumprimento dos covenants financeiros permitiriam que o banco requeresse imediatamente a liquidação dos empréstimos e financiamentos. Não houve violações dos covenants financeiros de quaisquer empréstimos e financiamentos sujeitos a juros. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. a) Classificação dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas estão classificados nas seguintes categorias: (i) Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) Custo amortizado. As posições dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 eram as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	122.377	325.866
Caixa e equivalentes de caixa	1.305.594	1.015.448
Contas a receber de clientes	29.464	16.764
Outros ativos	9.315	26.347
Instrumentos financeiros derivativos	26.972	11.702
Depósitos judiciais	1.492.722	1.396.127
Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	361.569	306.425
Cessão de créditos por fornecedores	29.919	19.416
Instrumentos financeiros derivativos	30.919	-
Empréstimos e financiamentos	1.729.555	1.629.643
Outras contas a pagar	148.079	55.399

b) Valores justos dos instrumentos financeiros: As estimativas dos valores justos dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 consideram os seguintes métodos e premissas: • Caixa e equivalentes de caixa: estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil, conforme Nota Explicativa 4. • Contas a receber mercado interno e externo: decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas e são classificadas como custo amortizado, estão registrados pelos seus valores originais, ajustados pela variação cambial, quando aplicável, e sujeitos a provisão para perdas. Os valores contabilizados se assemelham aos valores justos nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, conforme Nota Explicativa 5. • Instrumentos financeiros derivativos: são classificados como ativos e passivos financeiros e estão contabilizados pelos valores atualizados através do resultado, conforme Nota Explicativa 9. • Depósitos judiciais: são classificados como custo amortizado e atualizados pelo método dos juros efetivos, conforme Nota Explicativa 21. • Fornecedores: são classificados como passivos financeiros pelo custo amortizado e os valores são atualizados aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica, conforme Nota Explicativa 15. • Cessão de créditos por fornecedores: são classificados como passivos financeiros pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, conforme Nota Explicativa 16. • Empréstimos e financiamentos (em moeda nacional e estrangeira): são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, conforme Nota Explicativa 17. • Outras contas a pagar: são classificados como custo amortizado e atualizados pelo método dos juros efetivos (custo amortizado). c) Cálculos dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos: Os cálculos dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 consideraram os seguintes métodos e premissas: • Non-Deliverable Forwards ("NDF"): os contratos de NDF foram obtidos através de informações disponíveis no mercado ativo onde esses instrumentos financeiros são negociados. • SWAP: valor justo de swaps de taxas de juros é mensurado como o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem as estratégias de proteção de preços, de taxas de câmbio e de juros estabelecidas pela Companhia e suas controladas. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores justos estimados. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes posições com instrumentos financeiros derivativos:

	Controladora	Consolidado
Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	122.377	325.866
Caixa e equivalentes de caixa	1.305.594	1.015.448
Contas a receber de clientes	29.464	16.764
Outros ativos	9.315	26.347
Instrumentos financeiros derivativos	26.972	11.702
Depósitos judiciais	1.492.722	1.396.127
Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	361.569	306.425
Cessão de créditos por fornecedores	29.919	19.416
Instrumentos financeiros derivativos	30.919	-
Empréstimos e financiamentos	1.729.555	1.629.643
Outras contas a pagar	148.079	55.399

29) Compromissos de longo prazo

Contratos de fornecimento: As controladas Anovis e Inovat possuem compromissos futuros, oriundos de contratos de fornecimento junto aos seus clientes. Em 31 de dezembro de 2022 totalizam, em quantidade de itens, a relação abaixo:

	Controladora	Consolidado
2022	198.030	298.422
2023	(2.153)	(4.098)
2024	12.089	19.682
	3.183	2.769
	-	16.503
	72.399	-
	8.002	-
	(39.820)	(5.752)
	53.588	19.751
	305.318	347.277

30) Transações que não afetaram o caixa

No quadro a seguir estão apresentadas as transações que não afetaram o caixa, na demonstração do fluxo de caixa, nos exercícios:

	Controladora	Consolidado
Aumento de capital pela transferência da reserva de lucros	198.030	298.422
Aumento de capital na Investidora Bionovis	(2.153)	(4.098)
Dividendos propostos do exercício	12.089	19.682
Dividendo declarado e não pago por subsidiária	3.183	2.769
Depósitos judiciais	-	16.503
Cisão parcial de ativos em subsidiárias	-	(161.549)
Contraprestação contingente - aquisição Schering	72.399	-
Variação cambial - Contraprestação contingente - aquisição Schering	8.002	-
Diferenças cambiais sobre conversão de balanços	(39.820)	(5.752)
Direito de uso	53.588	19.751
	305.318	347.277

31) Eventos subsequentes

Captação de empréstimos: Em 2 de fevereiro de 2023 a Companhia celebrou a contratação de empréstimo junto à International Finance Corporation (IFC) no montante de US\$ 65 milhões com juros remuneratórios equivalente às taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-giro", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis ("Taxa DI") acrescida de uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, com vencimento em abril de 2030. Os recursos obtidos com o empréstimo serão utilizados pela Companhia para financiar a expansão da sua capacidade produtiva e de suprimentos, a realização de investimentos em infraestrutura de vacina e projetos de eficiência energética, bem como para capital de giro. Decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária: A decisão tomada em fevereiro de 2023 por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. Na prática, todas aquelas decisões favoráveis em matéria de inexistência de tributos aos quais os contribuintes conseguiram e, posteriormente, a mesma matéria foi julgada de forma desfavorável pelo Supremo, terão os seus efeitos cessados inclusive retroativamente, respeitadas, no entanto, a anterioridade anual e/ou nonagesimal (quando não se pode cobrar um tributo imediatamente) a depender do tributo em questão. Com base em opinião legal dos assessores jurídicos, a Companhia e suas controladas realizaram o levantamento sobre os impactos tributários, no qual, especificamente sobre a CSLL, não existem autuações em curso envolvendo a Companhia com algum tipo de isenção ou exigibilidade suspensa da contribuição. Ampliando o escopo da análise aos demais tributos de pagamento contínuo, a Companhia e suas controladas não possuem decisão judicial proferida em ação individual transitada em julgado, seja pelo reconhecimento de determinado tributo, seja pelo não recolhimento, cujo entendimento tenha sido modificado por ulterior decisão do STF proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade ou sob a sistemática da repercussão geral.

Diretoria

Fernando de Castro Marques
Presidente

Itacir Alves Nascimento
Diretor de Controladoria - CRC 1SP159830/O-9 e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Interino

Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia"), declaram que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Fernando de Castro Marques
Presidente

Itacir Alves Nascimento
Diretor de Controladoria - CRC 1SP159830/O-9 e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Interino

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Fernando de Castro Marques
Presidente

Itacir Alves Nascimento
Diretor de Controladoria - CRC 1SP159830/O-9 e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Interino

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia União Química Farmacêutica Nacional S/A em 31 de Dezembro de 2022

O Conselho Fiscal da União Química Farmacêutica Nacional S/A ("União Química"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da União Química, os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações dos Resultados Abrangentes, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Valor Adicionado, bem como as respectivas Notas Explicativas, devidamente acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, e ainda, a proposta para destinação do resultado, inclusive a distribuição de reservas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, por voto da totalidade dos seus membros, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da União Química.

Rui Willig - Presidente

Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos

Rostyslav Volodymyrovich Tronenko

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da União Química Farmacêutica Nacional S.A. Embu Guacu - SP, Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, formam a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Reconhecimento de receitas com vendas - Individual e Consolidado: Notas explicativas 2 e 23. Em virtude da relevância da receita líquida de vendas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e considerando que o reconhecimento de receitas de vendas ocorre no ato da venda (faturamento), com subsequente ajuste para refletir o momento da transferência dos riscos e benefícios significativos da transação para o comprador, há um risco de as receitas não serem reconhecidas no exercício apropriado. Por essa razão, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da venda, os canais utilizados, tipos de clientes, entre outros; (ii) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela diretoria sobre a mensuração das vendas faturadas e não entregues; (iii) a obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no processo de vendas, precificação e descontos comerciais; (iv) a seleção de transações de venda ao longo do exercício com base em amostragem, e confronto com a respectiva documentação suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia; (v) a validação do efeito de corte da receita através de testes de eventos subsequentes com data efetiva de entrega, pela seleção de amostragem; e (vi) avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão apropriadas. Como resultado dos nossos procedimentos, foram identificadas algumas inconsistências, tanto na necessidade de redução das receitas de vendas, os quais foram registrados pela Companhia, mesmo considerando sua materialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas como um todo. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia, para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Contingências passivas e provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas - Individual e Consolidado: Notas explicativas 2 e 21. A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevados, e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativos aos processos e/ou, em certos casos, aderência a leis e regulamentos, requer significativo julgamento profissional da Companhia, em conjunto de seus assessores jurídicos internos e externos. Tal complexidade pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) obtivemos a listagem dos assessores jurídicos que apoiam a Companhia e suas controladas nos processos e confrontamos as informações de natureza contingencial e o passivo para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas utilizadas pela Companhia e suas controladas com aquelas conduzidas pelos advogados internos e externos e com as informações contábeis, incluindo as classificações com relação às estimativas de perda; (ii) avaliamos a adequação da mensuração, suficiência e reconhecimento da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas por meio de amostragem e análise dos dados e informações históricas; e (iii) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as práticas da Companhia relacionadas ao reconhecimento das contingências passivas e provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas são apropriadas, assim como as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto. Combinação de negócios - Aquisição Schering do Brasil Química e Farmacêutica Ltda.: Notas explicativas 1 e 11. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou operação de combinação de negócios, envolvendo a aquisição do controle societário da União Química Internacional Ltda. (anteriormente denominada "Schering do Brasil Química e Farmacêutica Ltda.") e suas respectivas marcas e registrou tal operação conforme o método de aquisição previsto no Pronunciamento Técnico CPC 15/IFRS 3, cujo preço de aquisição foi de R\$545.095 mil. As estimativas associadas com a contabilização de uma aquisição de negócio envolvem julgamentos relevantes, tanto na determinação do valor justo da contraprestação transferida dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, quanto na apuração do passivo por expectativa de rentabilidade futura. Adicionalmente, existe a necessidade de divulgação de informações que possibilitam que os usuários das demonstrações financeiras tenham condições de avaliar a natureza e os efeitos financeiros provenientes da combinação de negócios. O processo de alocação dos ativos e passivos adquiridos é ágio em uma combinação de negócios é complexo e envolve alto grau de subjetividade e de julgamento na definição das premissas e metodologia utilizadas nesse processo. Em função da relevância dos valores envolvidos e grau de julgamento envolvido na mensuração do valor justo alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos objetos das transações, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas; (ii) análise das informações

financeiras das empresas adquiridas e avaliação da consistência das práticas e estimativas contábeis; (iii) utilização de nossos especialistas em avaliação de empresas e de projeções financeiras, para nos auxiliar na revisão das premissas e metodologia utilizadas na mensuração do valor justo e alocações dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas envolvidos na mensuração do valor justo; e (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao registro da combinação de negócios, assim como as informações incluídas nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conformes com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E457-5475-AF8B-8F46> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E457-5475-AF8B-8F46



Hash do Documento

863D2C0000343408D7CCADDFC2F7BCE5FBD49175CE4065F95331C8AEB757C962

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/03/2023 05:09 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ativos Totais de R\$ 2.217.408 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 168.912 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 2.154.407 mil e

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais			
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		261.895	289.113
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	261.140	288.246
Outros.....		719	719
Outros Créditos.....		36	148
Não Circulante		1.955.513	1.715.892
Realizável a Longo Prazo		1.955.513	1.715.892
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....	6	1.955.513	1.715.423
Créditos Tributários.....	13c	-	469
Total do Ativo		2.217.408	2.005.005

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais			
Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		61.794	21.113
Impostos e Contribuições a Recolher.....	13d	59.434	20.504
Dividendos a Pagar.....	7c e 12a	1.605	542
Outras Obrigações.....	14	755	67
Exigível a Longo Prazo		1.207	-
Provisão para Impostos e Contribuições.....		1.207	-
Patrimônio Líquido		2.154.407	1.983.892
Capital Social:			
- De Domiciliados no País.....	7a	1.028.459	1.028.459
Reservas de Lucros.....	7b	1.123.606	956.299
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		2.342	(866)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.217.408	2.005.005

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em milhares de reais			
	Nota	2022	2021
Receitas Operacionais		1.280	2.372
Outras Receitas Operacionais.....	8	1.280	2.372
Despesas Operacionais		(15.416)	(5.284)
Despesas Tributárias.....	10	(12.501)	(4.174)
Despesas Gerais e Administrativas.....	11	(2.915)	(1.110)
Resultado Financeiro		267.683	88.336
Receitas Financeiras.....	9	267.683	88.336
Resultado Operacional		252.447	85.424
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		252.447	85.424
Imposto de Renda e Contribuição Social	13a	(84.635)	(28.355)
Lucro Líquido do Exercício		168.912	57.070
Número de ações.....		430.311.119	430.311.119
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$.....		392,53	132,62

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Total de disponibilidades em 31 de dezembro de 2020	1.028.459	78.547	821.224	(5.405)	-	1.922.827
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	4.537	-	4.537
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	57.070	57.070
Destinações: - Reservas.....	-	2.854	53.674	-	(56.528)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(542)	(542)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.028.459	81.401	874.898	(866)	-	1.983.892
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	3.208	-	3.208
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	168.912	168.912
Destinações: - Reservas.....	-	8.446	158.861	-	(167.307)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(1.605)	(1.605)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.028.459	89.847	1.033.759	2.342	-	2.154.407

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais			
	2022	2021	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	253.547	85.424	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(163)	(1.070)	
Juros, Variações Monetárias Líquidas.....	-	(949)	
Provisão para Perda por Redução ao Valor Recuperável de Recebíveis.....	(168)	(663)	
Descontos Concedidos em Renegociações de Crédito.....	72	542	
Reversão de Provisões.....	(67)	-	
Lucro Líquido Ajustado	253.384	84.354	
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros ao Valor por meio de Outros Resultados Abrangentes.....	(235.230)	(75.809)	
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(4.467)	(1.538)	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	1.269	885	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(41.520)	(15.172)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(26.564)	(7.280)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos.....	(542)	(329)	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(542)	(329)	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(27.106)	(7.609)	
Início do Exercício.....	288.246	295.855	
Fim do Exercício.....	261.140	288.246	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(27.106)	(7.609)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de reais			
	2022	2021	
Lucro Líquido do Exercício	168.912	57.070	
Outros Resultados Abrangentes	3.208	4.537	
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	3.208	4.537	
Total do Resultado Abrangente do Exercício	172.120	61.607	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em milhares de reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade") é uma Sociedade que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 21 de março de 2023.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2) Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos Financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro foi mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais serem originados, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos financeiros são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

a) Rendas de recuperação de créditos

As receitas oriundas de recuperação de crédito são reconhecidas no resultado da Sociedade de acordo com a efetiva recuperação das operações de empréstimos e adiantamentos que foram baixadas para prejuízo.

b) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.11) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas demonstrações financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	-	380
Total de disponibilidades (caixa)	89.847	380
Fundos de investimentos (2).....	261.140	287.866
Total de caixa e equivalentes de caixa	261.140	288.246

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

6) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Em 31 de dezembro		
	2022	2021	
Títulos			
Letras financeiras (1).....	-	1.955.513	1.955.513
Total em 2022	-	1.955.513	1.951.964
Total em 2021	1.715.423	-	1.716.734

(1) Refere-se às Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., à taxa de 100% do DI, com vencimento em 07/02/2027; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Ordinárias.....	430.311.119	430.311.119
Total	430.311.119	430.311.119

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
--	-------------------	--

...continuação

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4ª Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em milhares de reais

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(84.612)	(28.063)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre diferenças temporárias.....	(23)	(292)
Total dos impostos diferidos	(23)	(292)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(84.635)	(28.355)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2021	Constituição	Realização/ Baixa	2022
Outras provisões.....	23	-	(23)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	23	-	(23)	-
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	446	-	(446)	-
Total dos créditos tributários	469	-	(469)	-

d) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 59.434 (2021 - R\$ 20.504) referem-se, ao PIS de R\$ 176 (2021 - R\$ 104), Cofins de R\$ 1.081 (2021 - R\$ 640), Imposto de Renda de R\$ 56.889 (2021 - R\$ 18.708) e Contribuição Social de R\$ 1.288 (2021 - R\$ 1.052).

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Editais e publicações.....	-	67
Total	-	67

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021;
- b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há processos com riscos cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e
- c) Em 31 de dezembro de 2022 não há processos com riscos fiscais avaliados como perdas possíveis ou prováveis. Em 31 de dezembro de 2021 houve atualização dos processos fiscais da Sociedade com perspectiva de perda possível. Neste contexto esses processos não necessitavam de reconhecimento na contabilidade, e montava na data base R\$ 8.076. Tratava-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal sobre cobrança de IRPJ e CSLL por compensação indevida, pela inobservância do limite de 30% do lucro líquido ano calendário 2004. O processo foi encerrado no decorrer de 2022.

16) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo às decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Sociedade iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana
Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Diretores da

Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0F

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FBE9-5784-5A5E-3353> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FBE9-5784-5A5E-3353



Hash do Documento

53CD99BE4DF85967CAFEDDD30B4C9622CBDB8BB3E2D4CD127E167B4F72346FA2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/03/2023 05:09 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



Rumo Malha Central S.A.									
CNPJ: 33.572.408/0001-97									
Demonstrações Financeiras									
Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)					Demonstrações dos resultados do exercício (Em milhares de Reais - R\$, exceto resultado por ação)				
31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Ativos					Passivos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.338.345	1.583.979	Emprestimos e financiamentos	64.928	43.671	Receita operacional líquida	1.014.788	381.016	
Títulos e valores mobiliários	59.487	84.412	Passivos de arrendamento	7.022	2.206	Custos dos serviços prestados	(659.895)	(376.804)	
Contas a receber de clientes	43.093	39.474	Instrumentos financeiros derivativos	174.512	69.593	Lucro bruto	354.893	4.212	
Estoques	1.422	1.927	Fornecedores	107.167	213.908	Despesas comerciais	(664)	(1.364)	
Outros tributos a recuperar	2.227	14.097	Ordenados e salários a pagar	7.625	7.489	Despesas gerais e administrativas	(34.076)	(17.088)	
Outros ativos	7.086	5.704	Imposto de renda e contribuição social correntes	90	73	Outras despesas operacionais, líquidas	2.653	(367)	
Ativo circulante	1.451.660	1.729.593	Outros passivos financeiros	84.179	5.254	Despesas operacionais	(32.087)	(18.819)	
Caixa restrito	84.969	20.000	Outras contas a pagar	—	1.173	Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	322.806	(14.607)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	338.405	331.017	Passivo circulante	488.469	406.434	Despesas financeiras	(355.505)	(385.853)	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	61.462	22.989	Empréstimos e financiamentos	2.070.019	2.233.326	Receitas financeiras	210.460	66.983	
Depósitos judiciais	4	10	Instrumentos financeiros derivativos	89.849	—	Variação cambial, líquida	110.274	(2.349)	
Instrumentos financeiros derivativos	5.886	229.305	Provisão para demandas judiciais	7	1.172	Derivativos e valor justo	(309.665)	(65.287)	
Direito de uso	2.806.013	2.794.987	Passivo de arrendamento	785.353	612.204	Resultado financeiro líquido	(344.436)	(386.506)	
Imobilizado	2.297.462	1.743.303	Arrendamentos e concessões	9.823	—	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e contribuição social	(21.630)	(401.113)	
Intangíveis	1.213	1.489	Pagáveis a partes relacionadas	1.000.000	1.000.000	Imposto de renda e contribuição social	—	—	
Ativo não circulante	5.627.917	5.143.100	Outros passivos financeiros	29.985	—	Corrente	4	—	
Total do ativo	7.079.577	6.872.693	Outras contas a pagar	12.095	12.095	Diferido	7.617	136.417	
			Passivo não circulante	3.997.122	3.858.709	Resultado do exercício	(14.009)	(264.696)	
			Total do passivo	4.485.591	4.265.143	Resultado por ação básico e diluído:	(0,00313)	(0,05920)	
			Patrimônio líquido	3.250.000	3.250.000				
			Capital social	3.250.000	3.250.000				
			Ajustes de avaliação patrimonial	—	(445)				
			Prejuízos acumulados	(656.014)	(642.005)				
			Total do patrimônio líquido	2.593.986	2.607.550				
			Total do passivo e ativo a patrimônio líquido	7.079.577	6.872.693				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais - R\$)				
	Capital social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	3.250.000	(445)	(642.005)	2.607.550
Resultado do exercício	—	—	(14.009)	(14.009)
Outros resultados abrangentes:	—	—	445	445
Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa, líquido	—	—	—	—
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	—	—	445	(13.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.250.000	—	(656.014)	2.593.986
Saldo em 01 de janeiro de 2021	3.250.000	—	(377.309)	2.872.691
Resultado do exercício	—	—	(264.696)	(264.696)
Outros resultados abrangentes:	—	—	445	445
Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa, líquido	—	—	(264.696)	(445)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	—	—	(445)	(445)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.250.000	—	(445)	2.807.550

Diretoria
João Alberto Fernandez de Abreu - Diretor Presidente

Contadora
Renata Pavanelli Chaves - CRC 1SP 283.861/O-1

Rumo Malha Paulista S.A.									
CNPJ nº 02.502.844/0001-66									
Demonstrações Financeiras									
Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)					Demonstração do resultado (Em milhares de Reais - R\$, exceto resultado por ação)				
31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Ativos					Passivos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.236.300	2.962.066	Emprestimos, financiamentos e debêntures	184.136	189.751	Receita operacional líquida	2.812.474	2.165.637	
Títulos e valores mobiliários	205.663	58.523	Passivo de arrendamento	125.482	109.962	Custos dos serviços prestados	(2.659.526)	(2.098.487)	
Contas a receber de clientes	168.109	236.694	Instrumentos financeiros derivativos	232.317	123.034	Lucro bruto	152.948	67.150	
Instrumentos financeiros derivativos	11.284	905	Fornecedores	550.677	329.900	Despesas comerciais	(278)	(790)	
Estoques	60.988	46.962	Ordenados e salários a pagar	49.756	37.957	Despesas gerais e administrativas	(109.704)	(103.275)	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	68.950	66.974	Imposto de renda e contribuição social correntes	768	474	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(80.073)	4.090	
Outros tributos a recuperar	41.605	135.750	Outros tributos a pagar	11.274	9.560	Despesas operacionais	(190.055)	(99.975)	
Adiantamento a fornecedores	32.833	31.706	Adiantamento de clientes	501.910	614.734	Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	(37.107)	(32.825)	
Outros ativos	14.141	13.447	Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	194.286	107.330	Despesas financeiras	(910.198)	(544.724)	
Ativo circulante	2.839.873	3.553.027	Receitas diferidas	38.099	38.099	Receitas financeiras	355.128	138.575	
Contas a receber de clientes	630	952	Outros passivos financeiros	385.785	275.774	Variação cambial, líquida	85.890	1.083	
Caixa restrito	338	328	Outras contas a pagar	25.578	45.584	Derivativos e valor justo	(233.624)	11.152	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.495.069	1.237.499	Passivo circulante	2.300.066	1.882.159	Resultado financeiro líquido	(702.794)	(396.080)	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.216	—	Emprestimos, financiamentos e debêntures	4.673.903	4.599.300	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(739.901)	(428.905)	
Outros tributos a recuperar	549.774	517.018	Passivos de arrendamento	1.178.923	1.012.396	Imposto de renda e contribuição social	—	—	
Depósitos judiciais	37.130	62.871	Instrumentos financeiros derivativos	60.043	—	Corrente	(91)	—	
Instrumentos financeiros derivativos	58.331	225.078	Outras contas a pagar	9.127	17.908	Diferido	257.623	161.295	
Adiantamento a fornecedores	76.593	92.069	Passivo não circulante	8.209.966	7.864.319	Resultado do exercício	(482.369)	(267.610)	
Outros ativos	2.066	1.356	Total do passivo	10.510.034	9.746.478	Resultado por ação:			
Investimentos em associadas	44.701	44.673	Capital social	6.643.595	6.643.595	Por ação ordinária	(0,00010)	(0,00005)	
Direito de uso	3.774.829	3.711.659	Reserva de capital	77.089	77.089	Por ação preferencial	(0,00010)	(0,00005)	
Imobilizado	5.480.842	4.637.466	Ajustes de avaliação patrimonial	12	(121)				
Intangíveis	1.544	1.620	Prejuízos acumulados	(2.863.794)	(2.381.425)				
Ativo não circulante	11.527.063	10.532.589	Total do patrimônio líquido	3.856.902	4.339.138				
Total do ativo	14.366.936	14.085.616	Total do passivo e patrimônio líquido	14.366.936	14.085.616				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais - R\$)					
	Capital social	AFAC	Opções outorgadas reconhecidas	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	6.643.595	—	—	—	4.339.138
Resultado do exercício	—	—	17.566	59.523	(482.369)
Outros resultados abrangentes:	—	—	—	—	133
Ganhos atuariais com plano de pensão	—	—	—	—	133
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	—	—	—	—	(482.369)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.643.595	—	17.566	59.523	3.856.902

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais - R\$)					
	Capital social	AFAC	Opções outorgadas reconhecidas	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	5.443.595	—	17.566	59.523	3.406.661
Resultado do exercício	—	—	—	—	(267.610)
Outros resultados abrangentes:	—	—	—	—	87
Ganhos atuariais com plano de pensão	—	—	—	—	87
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	—	—	—	—	(267.610)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.443.595	—	17.566	59.523	3.139.051

Diretoria
João Alberto Fernandez de Abreu - Diretor Presidente

Contadora
Renata Pavanelli Chaves - CRC -1SP 283.861/O-1

Rumo Malha Oeste S.A.									
CNPJ: 39.115.514/0001-28									
Demonstrações Financeiras									
Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)					Demonstrações dos resultados do exercício (Em milhares de Reais - R\$, exceto resultado por ação)				
31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Ativos					Passivos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.083	471	Fornecedores	16.347	20.434	Receita operacional líquida	90.057	110.886	
Títulos e valores mobiliários	105	8.122	Ordenados e salários a pagar	6.848	6.481	Custos dos serviços prestados	(65.790)	(102.429)	
Contas a receber de clientes	19.750	25.221	Outros tributos a pagar	429	643	Lucro (prejuízo) bruto	24.267	8.457	
Estoques	3.483	3.507	Adiantamento de clientes	—	551	Despesas comerciais	53	—	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.292	850	Passivo de Arrendamento	65.040	—	Despesas gerais e administrativas	(7.777)	(7.501)	
Outros tributos a recuperar	5.513	11.240	Outros passivos financeiros	6.589	7.455	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(65.521)	(47.186)	
Outros ativos	3.963	2.050	Outras contas a pagar	4.757	4.241	Despesas operacionais	(73.245)	(54.687)	
Ativo circulante	37.436	51.636	Passivo circulante	100.010	39.805	Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	(48.978)	(46.230)	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.925	20.100	Provisão para demandas judiciais	61.074	51.803	Despesas financeiras	(272.267)	(183.308)	
Outros tributos a recuperar	2.803	13.328	Passivo de arrendamento	120.284	216.101	Receitas financeiras	3.851	6.608	
Depósitos judiciais	34.677	45.213	Arrendamentos e concessões	1.957.148	1.747.233	Resultado financeiro líquido	(268.416)	(176.700)	
Adiantamento a fornecedores	376	376	Outras contas a pagar	877	1.327	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e contribuição social	(317.394)	(222.930)	
Outros ativos	2.819	1.557	Passivo não circulante	2.139.393	2.016.464	Corrente	—	—	
Ativo não circulante	50.600	80.574	Total do passivo	2.239.393	2.056.269	Diferido	—	—	
Total do ativo	88.036	132.210	Total do patrimônio líquido	(2.151.357)	(1.924.059)	Resultado do exercício	(317.394)	(222.930)	
			Capital social	591.915	551.915	Resultado por ação:			
			Reserva de capital	50.000	—	Por ação ordinária	(0,64615)	(0,46593)	
			Ajustes de avaliação patrimonial	17.566	17.566	Por ação preferencial	(0,64615)	(0,46593)	
			Prejuízos acumulados	(2.810.834)	(2.493.440)				
			Total do patrimônio líquido	(2.151.357)	(1.924.059)				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais - R\$)					
	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	551.915	17.566	—	—	(1.924.059)
Resultado do exercício	—	—	—	(317.394)	(317.394)
Outros resultados abrangentes:	—	—	—	96	96
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de pensão	—	—	—	96	96
Contribuição e distribuição para acionistas	—	—	—	—	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.000	—	50.000	—	90.000
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	—	—	—		

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B5BC-B096-4AAA-3AEF> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B5BC-B096-4AAA-3AEF



Hash do Documento

FA24078E0A19633BE878EDD43178B8A69D250ACEBD7215E1FDD5DE46B4FB9F31

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/03/2023 05:10 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7AD3-7E93-2A35-A522> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7AD3-7E93-2A35-A522



Hash do Documento

ECD438959705039E546302863284B833A00348BBDCBAC000FE2FCFD8594339B6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/03/2023 05:11 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

